

R

Relatório&Contas 2018

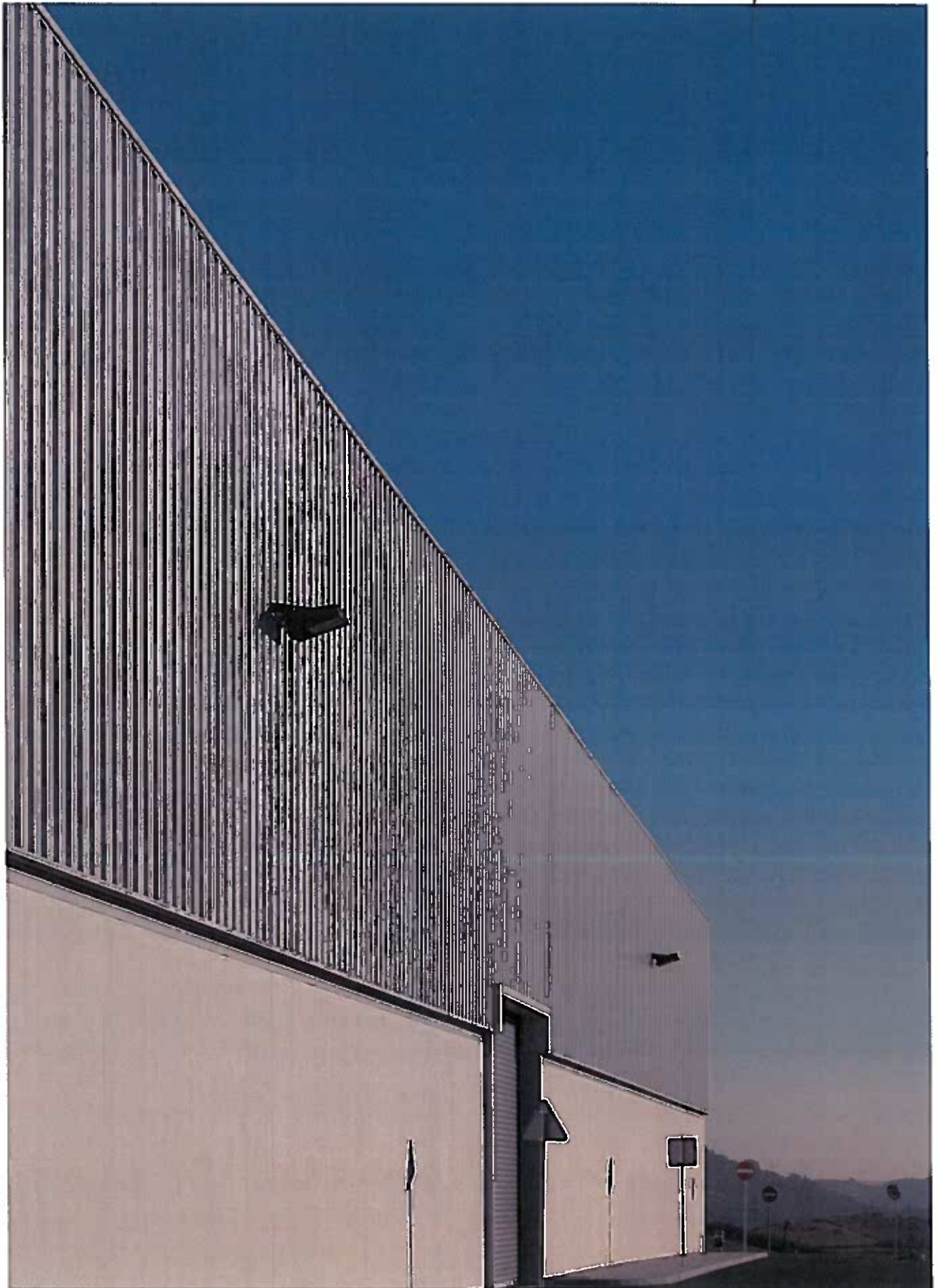
tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt

Relatório&Contas 2018

Contacte-nos

Estrada 5 de Junho, nº 1 Trajouce
2785-155 São Domingos de Rana
t. +351 21 445 95 00
f. +351 21 444 40 30
residuos@tratolixo.pt

7 59 W.



7 r. 5

Índice Remissivo

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
1. QUEM SOMOS	9
1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA	9
1.2. Missão, Visão e Política Integrada	15
1.3. Órgãos Sociais	16.
1.4. Curriculum vitae dos Administradores	18
1.5. Estrutura Organizacional	22
1.6. Recursos Humanos	24
2. A NOSSA ACTIVIDADE	30
2.1. Recepção de Resíduos	31
2.2. Tratamento e Valorização	36
2.3. Empreitadas em Curso	41
2.3.1. Central de Triagem de Resíduos de Embalagem de Trajouce	41
2.3.2. Novo Edifício Social e de Serviços do Ecoparque de Trajouce	42
2.4. Projectos e Iniciativas Estratégicas	44
2.5. Comunicação e Imagem	50
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	56
4. PERSPECTIVAS FUTURAS	65
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	67
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69
7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	133
8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	138

Mensagem da Presidente do Conselho de Administração

Em Fevereiro de 2018 assumi a Presidência do Conselho de Administração com entusiasmo e determinação. Apesar da estabilidade que encontrei, associada ao *Project Finance* de longo prazo, o cenário à data era preocupante. De facto, perante uma tarifa que se veio a verificar deficitária para fazer face à estratégia que havia sido pensada, foi preciso repensar e alterar as opções estratégicas previamente definidas para o triénio 2018-2020.

Adicionalmente, também a CTRSU da Valorsul esteve em paragem técnica quase cinco meses reduzindo a capacidade disponível para a valorização energética de resíduos provenientes do SGRU da AMTRES revelando as fragilidades da partilha de infra estruturas ancoradas só na capacidade disponível do detentor das mesmas.

Mas, a TRATOLIXO tem 29 anos de resiliência aos sobressaltos e mais uma vez, o desafio foi superado como o demonstra o resultado líquido (RL) ligeiramente positivo e como expectável, no final de 2018.

Na sequência da reestruturação financeira e assinatura do contrato de gestão delegada este foi o ano, em que, após um período de carência para permitir o investimento em infra-estruturas, a dívida reduziu 4,5 milhões euros, dando cumprimento ao *Project Finance* estabelecido.

Para o RL de 2018 foi vital a capacidade de adaptação da TRATOLIXO à nova estratégia assente na tarifa que viria a ser aprovada pelo Regulador em Novembro de 2018, no seguimento da revisão, no início do segundo semestre, do pedido de alteração extraordinário da trajectória tarifária, iniciado em Dezembro de 2017. Ainda antes da data deste relatório, foi obtido o visto do Tribunal de Contas, com efeito a 1 de Janeiro de 2018.

As novas tarifas permitem superar a falta de proveitos dos investimentos previstos, e não implementados pela indisponibilidade atempada de instrumentos de co-financiamento, sendo no entanto, relevante para o SGRU o arranque das CCT, em 2017.

A prossecução dos objectivos estratégicos alinhados com as estratégias para a economia circular e

da neutralidade carbónica pela valorização de biorresíduos com produção de energia renovável e de correctivo orgânico são reforçados com o incremento da recepção de biorresíduos de recolha selectiva e com a nova unidade de compostagem aeróbia de resíduos verdes com arranque previsto em 2020.

A CITRS cuja robustez lhe permite ainda cumprir as eficiências mínimas viu reconhecida pelo Regulador e pelos accionistas a necessidade de recondicionamento no triénio iniciado. O SGRU foi dotado, em geral, de meios que permitem superar o estrangulamento da atividade caso os eventuais co-financiamentos ao investimento sofram atrasos significativos.

Duas obras muito importantes para o SGRU lançadas em 2017 e co-financiadas pelo POSEUR, chegaram ao terreno: a central de triagem e o edifício multiusos.

A primeira dotada de meios modernos de separação e controle da qualidade dos materiais a reciclar é determinante para a ecoeficiência do processo de triagem. A sua localização conduzirá também a ações de sensibilização mais efectivas e alavancadas pelo esforço e sucesso da estratégia dos municípios para o aumento da recolha selectiva.

O edifício multiusos vem melhorar sobretudo as condições de trabalho nas oficinas auto e de equipamentos, no armazém de peças, no laboratório de caracterização de resíduos e os balneários, contemplando as novas necessidades decorrentes da operação da nova central de triagem, a extensão do

Máximo, *software* de Gestão da Manutenção, ao Ecoparque de Trajouce e o controle automático da logística do armazém, via identificação com código de barras.

A sensibilização e comunicação pilares cruciais para a prevenção e sustentabilidade da gestão de resíduos decorreram intensamente nos diferentes municípios e terão novos espaços educativos e recreativos dedicados, no Ecoparque de Trajouce. O *Kids Park* co-financiado pelo POSEUR está em marcha.

A implementação do novo *Data Centre*, um projeto a quatro anos de modernização das infraestruturas de suporte informático arrancou e abrange os dois Ecoparques. Na área da digitalização, as compras públicas deram os primeiros passos na desmaterialização dos procedimentos, sendo dotadas de meios ágeis na comunicação e validação interna, reforçando a transparência e a rastreabilidade.

Também, o portal do colaborador, foi norteado pelos mesmos princípios visando os procedimentos correntes dos recursos humanos, acessível em qualquer lugar e nos quiosques locais, está em fase de teste, reforçando a comunicação interna.

As acções de formação transversais a todos os colaboradores tiveram uma larga adesão denotando o empenho de todos na valorização pessoal e tendo reflexos positivos no desempenho corporativo. Num ano de elevadas expectativas quanto à actualização e progressões salariais as mesmas foram acolhidas sem pôr em causa a estabilidade económica da empresa, dando-se os primeiros passos para a

h.
A
S

negociação do acordo de empresa.

Por fim uma palavra de agradecimento aos accionistas pela sua sempre pronta colaboração, à equipa de Directores e a todos os outros colaboradores cujo empenho tornaram possíveis os resultados alcançados.

Na TRATOLIXO, hoje já é futuro e num cenário de aumento da quantidade de resíduos, de fluxos específicos e de responsabilidade na valorização de recursos, o SGRU terá de preparar a curto prazo, o próximo quinquénio olhando para o horizonte de 2030, mesmo que na ausência de políticas públicas claras.

A Presidente do Conselho de Administração

Susete Martins Dias

7 5 4



2018

Momentos marcantes de evolução e de futuro.

1. QUEM SOMOS

1.1 A TRATOLIXO E.I.M., S.A.

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A. é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

A origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Em caderno de encargos ficou definido que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO foi constituída em Julho

de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquiriu a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista.

Em 2004, é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.



Figura 2 Espaço geográfico abrangido e localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

3/12

A Tratolixo presta serviço a 4 municípios.

Abrange 753 km² e cerca de 850.00 habitantes o que corresponde a 8% da população nacional.



A TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a

uma população de cerca de 850.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

	População* (2017)	Capitação (kg/hab.dia)**	Produção RU *** (2018)
Cascais	211 714	1,827	141 201
Mafra	83 289	1,518	46 158
Oeiras	175 224	1,246	79 689
Sintra	386 038	1,263	177 924
Sistema AMTRES	856 265	1,424	444 972

*Estimativa Intercensitária do INE referente ao ano de 2017 (nº de habitantes)

**Dados de produção relativos a 2018 (toneladas)

***Toneladas correspondentes à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras

prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

SMV.



Figura 3 Ecoparque de Trajouce - Tratamento de Resíduos

Quase 3 décadas de experiência

Com cerca de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pelo Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), pelo Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos e unidades da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela OHSAS 18001 / NP 4397 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o processamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto know-how no domínio do processamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento a nível nacional e internacional, incluindo as associações sectoriais.

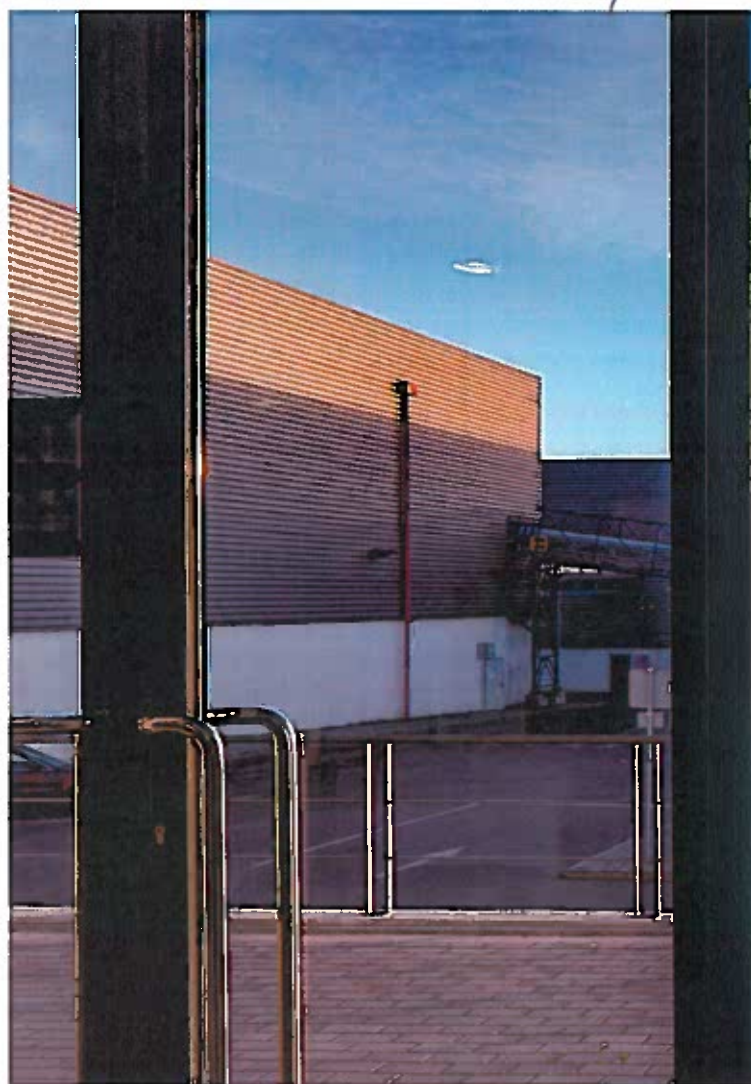
A TRATOLIXO é membro da International Solid Waste Association (ISWA), é associada

5/7/20

As suas diversas infra-estruturas estão distribuídas

pelos municípios de Cascais e Mafra

da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA), da Smart Waste Portugal (SWP), da World Biogas Association (WBA) tendo aderido também à ESGRA e à APESB no último trimestre de 2018 fortalecendo a sua intervenção nas políticas sectoriais.



3- ERICEIRA

- Ecocentro

2- ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA

- Central de Digestão Anaeróbia (CDA)
- Células de Confinamento Técnico (CCT)
- Ecocentro
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

1- ECOPARQUE DE TRAJOUCE

- Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS)
- Central de Triagem de Papel e Cartão
- Estação de Transferência de RSU e Resíduos de Embalagem
- Central de Valorização Energética de Biogás do Aterro de Trajouce
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

Figura 4 Infra-estruturas

Sog N.



Figura 5 Edifício de Exploração - Ecoparque da Abrunheira



Figura 6

Dimensão da organização

57



75 v.

1.2 MISSÃO, VISÃO E POLÍTICA INTEGRADA

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação, no que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos.

2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.

• • • •

• • • •

3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

4. Proteger o ambiente, prevenindo a poluição e assegurando a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.

5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.

6. Proporcionar aos colaboradores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações

• •

• •

individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.

7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratos para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.

8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.

9. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.

10. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho da Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.

Revisão 5, aprovada a 6 de Julho de 2018

7 5 2.

1.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e 1 Membro Não Executivo.



7/5

Órgãos Sociais

são compostos por uma Assembleia Geral, por um Conselho de Administração e um Fiscal Único Suplente.

Até 31 de Janeiro a composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO era a que se apresenta de seguida:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Secretário: José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Presidente: João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho
Vogal: Ana Isabel Neves Duarte
Vogal: António Ricardo Henrique da Costa Barros

Fiscal Único Efectivo

KRESTON & Associados – SROC, Lda., representada por Hélder Palma Veiga, ROC.

Fiscal Único Suplente

João José Lopes da Silva, ROC

A 01 de Fevereiro de 2018 tomaram posse os novos elementos dos órgãos sociais da TRATOLIXO para o quadriénio de 2018 a 2021, que apresentam a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras
Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Morais
Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Presidente: Professora Doutora Susete Maria Martins Dias
Vogal: Dr. João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho
Vogal: Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha

Fiscal Único

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223

Fiscal Suplente

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

Conselho de Administração



Susete Martins Dias
Presidente

FORMAÇÃO ACADÉMICA

- Ph. D. em Enga Química (IST), 1992
- Mestre em Enga Biológica (UNL), 1984
- Pós-Graduação em Engenharia Biológica pela UNL em colaboração com os Estudos Avançados do Instituto Gulbenkian de Ciência, 1982
- Lic. em Enga Química (IST), Ramo Processos Químicos, 1980

EXERCÍCIO DE CARGOS DE CHEFIA

- 2010 a 2016 - Presidente da ONS do IPQ no IST o Delegado Nacional no Comité Europeu de Normalização, CEN, TC 343 "Solid Recovered Fuels"
- 2009 Membro da Comissão Executiva do Departamento de Enga Química e Biológica
- 2008 a 2015 - Presidente da Comissão Técnica, CT 172 "Combustíveis Derivados de Resíduos e Biocombustíveis Sólidos"

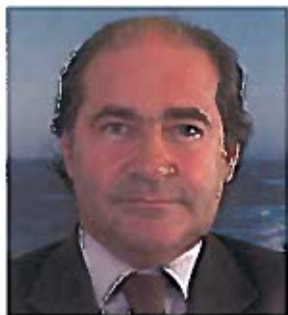
EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE RESÍDUOS

- Membro da Comissão responsável pelo Plano Estratégico Nacional para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2007-2013)
- Experiência na preparação de procedimentos para o licenciamento PCIP de unidades na área da indústria química pesada, valorização de

resíduos perigosos e não perigosos.

- Responsável pelos estudos para a estratégia de licenciamento de operações de gestão e processamento de Resíduos Perigosos com base no diploma CIRVER (2013-2014).
- Responsável pela elaboração da Norma Técnica Portuguesa NP4486:2008:Combustíveis Derivados de Resíduos. Enquadramento para a produção, classificação e gestão da qualidade"
- Responsável pela "Avaliação do Potencial de Produção e Utilização de Combustíveis Derivados de Resíduos em Portugal Continental, 2006
- Responsável pelo acompanhamento de diferentes teses de mestrado e doutoramento na área de gestão e valorização de resíduos
- Autor de cerca de 50 publicações nacionais e internacionais e inúmeras apresentações orais
- Moderador convidado de inúmeros debates na área da Gestão e Valorização de Resíduos pelas duas entidades promotoras dos encontros nacionais temáticos : APEMETA (Encontro Nacional de Resíduos) , e Água e Ambiente (Fórum de Resíduos)





João Dias Coelho
Vogal

Nasceu em 1963. Desde Fevereiro de 2018, Vogal do CA da TRATOLIXO. De Fevereiro de 2014 a Janeiro de 2018 ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TRATOLIXO. Desempenhou anteriormente funções como Vogal do Conselho de Administração da TRATOLIXO. Foi Administrador Executivo da SANEST - Área Exploração e Recursos Humanos, foi Administrador dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Cascais, Vogal da Direcção da Agência Municipal de Energia - "Agência Cascais Energia". Licenciado em Direito na UML. Pós-graduado em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente pela FDL da Universidade de Lisboa e pós-graduado em Direito do Trabalho pela Universidade Lusíada de Lisboa. Frequentou os Estudos Avançados em Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável, pela FCT UNL e Programa Avançado em Recursos Humanos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa. Frequentou o curso de Especialização em Finanças Empresariais na FDL e o Programa Avançado de Gestão para Executivos, pela Católica Lisbon Business & Economics. Participação Associativa, Membro da LPN, Membro fundador da Associação Bandeira Azul e Dirigente da Associação Bandeira Azul, FEEA, Membro fundador do GEOTA, tendo sido Vice-presidente e Presidente da Assembleia Geral. Foi porta-voz do Movimento Cívico para a Defesa do Parque Natural Sintra-Cascais. Participou em diversos Congressos e publicações e na elaboração de artigos.



Joaquim Sardinha
Vogal

Nasceu em 1954. Licenciado em Finanças, pelo ISE em 1976. Frequência de estágios e actualização profissional nos seguintes domínios: Planeamento Estratégico; Gestão de Stocks; Informática, Gestão Financeira; Avaliação de Projectos; Gestão da Produção; Sistemas Periciais; Sistemas de Informação; Marketing; Liderança, Gestão de Qualidade, Curso Avançado de Gestão Pública etc. Desde Outubro de 2013 Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

Em representação do Município: Presidente da Direcção da AMTRES, Vice-Presidente da Direcção da A2S, Membro do CA da GIATUL, EM, SA, Membro do CA da TRATOLIXO, SA e Formador e consultor de Gestão e de Projectos.

Outras actividades: 1976/1979- Membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Mafra; 1976/1978 Membro da Direcção dos Sindicato dos Economistas; 1979 Co-fundador da Liga dos Amigos de Mafra; 1983 Vogal da Comissão Interministerial de Localização do MARL; 1994/Fev12 Presidente da Assembleia Municipal de Mafra; 1996/Fev12 Vice-presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa; 1992/Fev12 Presidente do Conselho Fiscal da Frutoeste SCRL; 1997/2011 Presidente da Assembleia Geral da Misericórdia de Mafra; 1993/1994 Presidente da A.G. da Banda Filarmónica da Ericeira; 2005/Fev2012 Presidente Conselho Fiscal da Associação de Agricultores de Mafra; 2009/Fev2012 Vogal da Direcção da AERLIS.



TRATOLIXO RELATÓRIO & CONTAS 2018

História & Experiência

Foi constituída em 1989 por iniciativa dos municípios e iniciou a sua actividade de tratamento de resíduos em 1990, explorando hoje em dia 2 ecoparques industriais e um ecocentro dedicados ao tratamento de cerca de 450 mil t de resíduos produzidas pelos cidadãos do Sistema AMTRES e particulares.

Resultados Económico-financeiros

A importante gestão do EBITDA possibilitou que se alcançasse o RL pretendido.

Produção de Energia

Em 2018 foram produzidas cerca de 21 GW/h de energia a partir de fonte renovável, equivalente ao consumo energético de 15.000 famílias.

Tratamento e Valorização

Um total de 92% dos resíduos recolhidos no Sistema AMTRES foram alvo de operações de reciclagem e outros tipos de valorização, enquanto que apenas 8% dos resíduos recolhidos foram encaminhados directamente para uma operação de eliminação (células de confinamento técnico).

29

Anos
de Experiência

8M€

de EBITDA

21
GWh

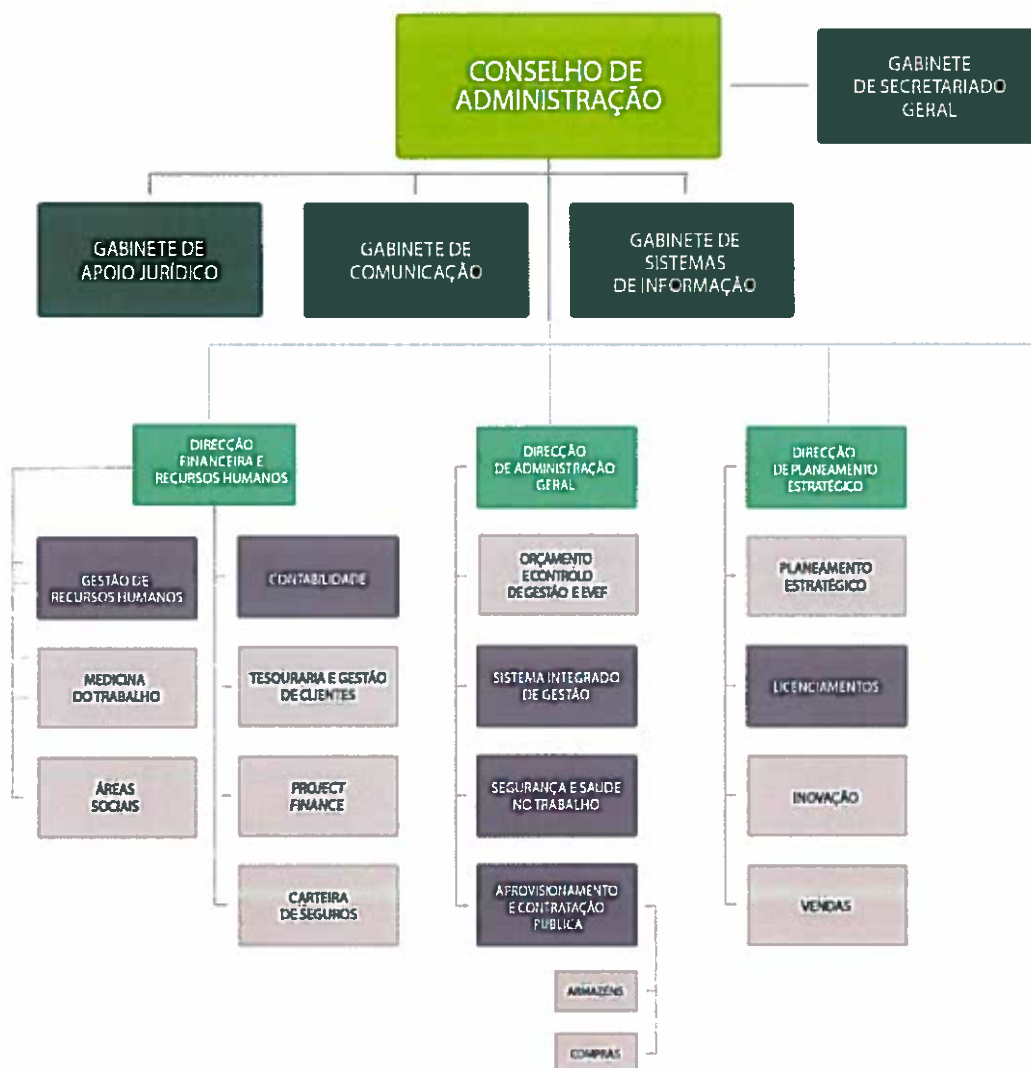
Energia

92%

Resíduos tratados e valorizados

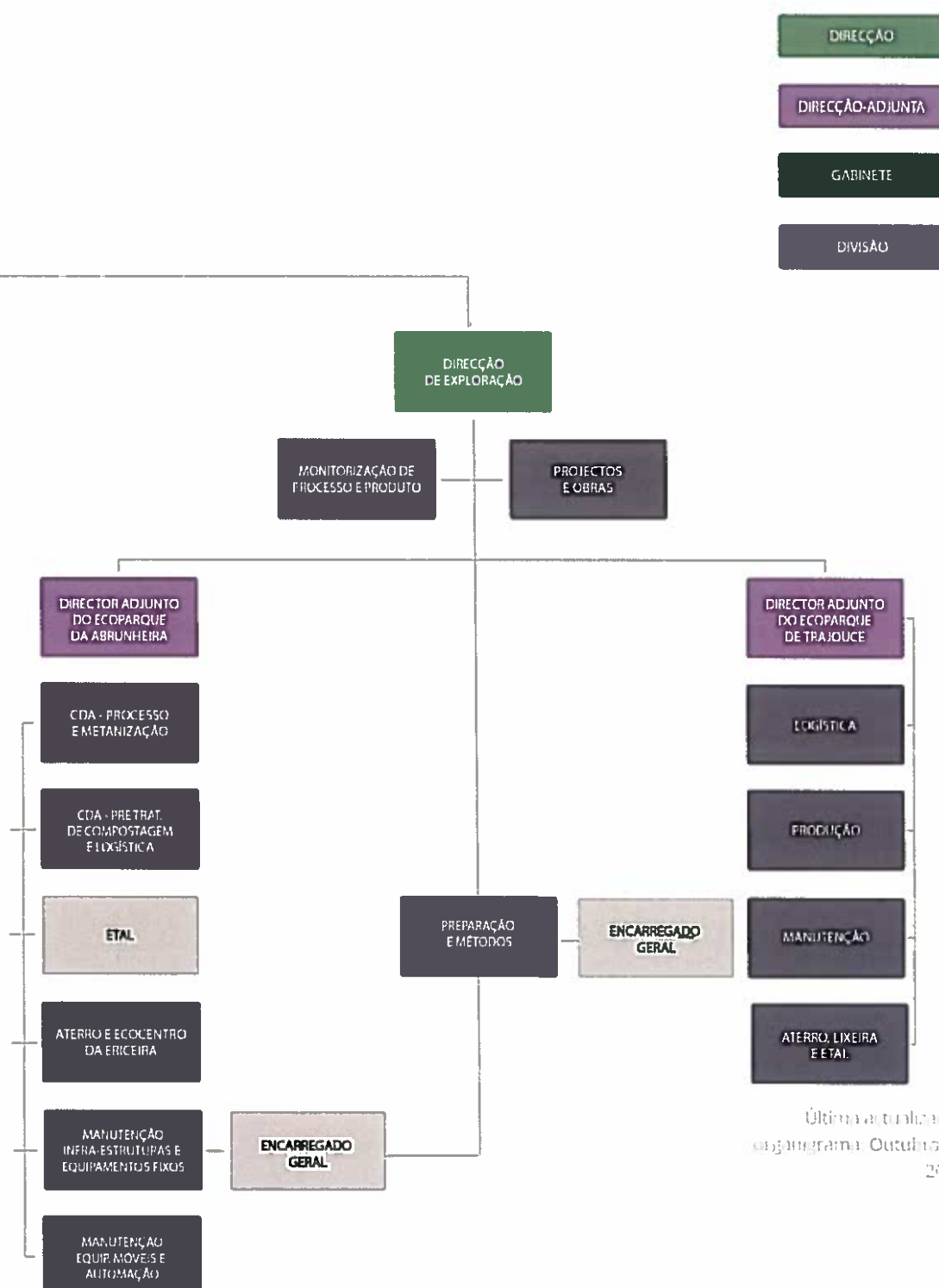
7/2/2018

Organização da empresa



7 v. f

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte actualizado em Outubro de 2018:



Recursos Humanos 2018

7/5

1.6. RECURSOS HUMANOS

Repartição do Efectivo

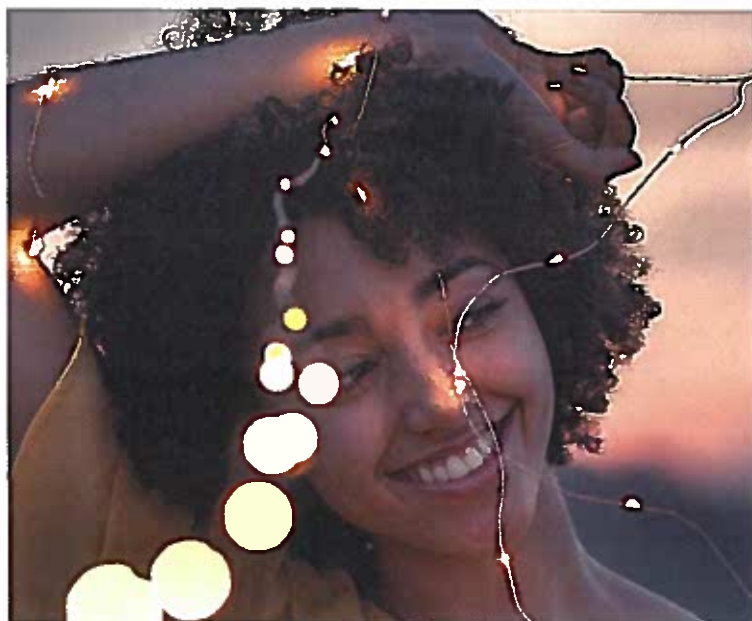
À data de 31 de Dezembro de 2018, o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 266 trabalhadores directos distribuídos por 200 trabalhadores do género masculino e 66 do género feminino, acrescido de 5 trabalhadores temporários do género masculino totalizando 271 trabalhadores. Ocorreu, por isso, um aumento face ao ano de 2017, em que o total de trabalhadores directos a 31 de Dezembro de 2017 era de 258. O índice de tecnicidade (1) da empresa passou de 19,4% em 2017 para 18,8% em 2018.

Formação Geral

Durante o ano de 2018, a empresa proporcionou aos seus trabalhadores 162 acções de formação interna e externa, num total de 3.654 horas, tendo sido contabilizadas 1.033 participações.

Uma empresa não funciona sem pessoas e no caso da TRATOLIXO, os colaboradores são a força motriz e aqueles que contribuem diariamente para alcançar o sucesso organizacional da empresa.

V.
59



3 %

Acréscimo de horas de formação relativamente ao período homologado

3.654

Total de horas de formação

1.033

Total de Participações

162

Acções de Formação interna e externa

Recursos Humanos

Formação Geral

Apesar do número de acções ter diminuído relativamente a 2017 (decréscimo de 9 acções), verifica-se um aumento significativo no total de participações (acréscimo de 447 participações), bem como no total de horas (acréscimo de 117 horas) devido ao facto de, em 2018, terem sido ministradas mais acções direccionadas para a generalidade dos trabalhadores.

Formação Certificada	2016	2017	2018
Total de Participações	1.406	586	1.033
Total de Acções de Formação	202	171	162
Total de Horas de Formação	5.006	3.537	3.654

V.
多

Sinistralidade Laboral

Em 2018 ocorreu uma redução na sinistralidade laboral da empresa face ao ano anterior, o que pode ser verificado pela análise do quadro resumo, onde estão quantificados os incidentes de trabalho, sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência e o número de dias perdidos em acidentes ocorridos efectivamente em cada ano e resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

Tipos de Acidente	2016	2017	2018
Nº de Acidentes de Trabalho com Baixa	15	22	22
Nº de Acidentes de Trabalho sem Baixa	7	13	8
Nº de Acidentes de Trabalho Total	22	35	30
Nº de Dias perdidos	343	447	431
Quase-Acidentes de Trabalho	3	2	2



W.
7/5





Recepção de Resíduos

+5,9%

Total Resíduos recebidos

acréscimo face ao ano anterior

455.521 t **+25.442 t**

Total Resíduos

recebidos durante o ano de 2018

Total Resíduos

relativamente ao ano anterior

+14,1% **+11.351 t**

Total Recolhas
Selectivas

que englobam os resíduos
verdes, biorresíduos,
papel/cartão, embalagens
de plástico, metal e ECAL
e vidro

Total Recolhas
Selectivas

relativamente ao ano
anterior

2. A NOSSA ACTIVIDADE

2.1. RECEPÇÃO DE RESÍDUOS

A TRATOLIXO recebeu um total de 455.521 t de resíduos durante o ano de 2018, um acréscimo de 5,9% (+25.442 t) face ao ano anterior, com incrementos verificados em todos os municípios, conforme se apresenta na tabela.

	2014	2015	2016	2017	2018	Δ 2017-2018
	t/ano					
Cascais	120 045	128 625	133 676	134 883	141 201	4,7%
Mafra	37 580	37 757	39 955	42 374	46 158	8,9%
Oeiras	71 192	72 935	75 870	74 452	79 689	7,0%
Sintra	157 629	156 726	162 197	170 497	177 924	4,4%
Particulares	4 032	2 839	4 218	7 880	10 556	34,0%
TOTAL DE RESÍDUOS	390 478	398 882	415 916	430 086	455 528	5,9%

Atendendo à proveniência destes resíduos (recolhas municipais e entregas de particulares), verificou-se que as recolhas indiferenciadas (constituídas por resíduos indiferenciados, resíduos de limpeza e monstros) aumentaram +4,0% (i.e., +14.091t) e as recolhas selectivas (que englobam os resíduos verdes, resíduos orgânicos, papel/cartão, embalagens de plástico, metal e ECAL e vidro) um significativo +14,1% (i.e., +11.351 t).

	RECOLHAS INDIFERENCIADAS					
	2014	2015	2016	2017	2018	Δ 2017-2018
	t/ano					
Cascais	94 746	95 983	99 765	100 942	103 251	2,3%
Mafra	32 227	32 218	34 238	36 196	38 429	6,2%
Oeiras	59 480	60 809	63 899	62 685	66 620	6,3%
Sintra	134 384	132 374	137 389	147 010	151 610	3,1%
Particulares	3 603	2 108	2 266	2 671	3 685	37,9%
TOTAL SISTEMA AMTRES	324 441	323 491	337 557	349 504	363 595	4,0%
	RECOLHAS SELECTIVAS					
	t/ano					
Cascais	25 299	32 642	33 911	33 941	37 951	11,8%
Mafra	5 353	5 540	5 717	6 179	7 729	25,1%
Oeiras	11 711	12 126	11 971	11 767	13 069	11,1%
Sintra	23 245	24 352	24 808	23 487	26 314	12,0%
Particulares	429	731	1 953	5 209	6 871	31,9%
TOTAL SISTEMA AMTRES	66 037	75 391	78 359	80 583	91 934	14,1%

Para estes resultados contribuiu a conjuntura socioeconómica favorável que o país atravessa. De facto, também no sector dos resíduos, verificam-se importantes impactos relacionados com o ambiente socioeconómico, constatando-se que o aumento do consumo tem consequência unívoca com o aumento da produção de resíduos. Com efeito, do ponto de vista do consumo, Portugal, nos últimos anos, vive num ambiente favorável, estimulado pela queda do desemprego e a melhoria das condições de vida das famílias.

Segundo dados estatísticos publicados pelo INE, o resultado que o PIB nacional tem vindo a atingir nos últimos anos revela que o País saiu da recessão económica, tendo a economia atingido em 2018 níveis semelhantes aos registados antes da crise.

Na realidade, a análise da produção e consequente recepção de resíduos na TRATOLIXO, revela que, à excepção dos resíduos de limpeza, onde se registou um desvio de -0,1% face ao ano de 2017 (ou seja, -31 t), no ano de 2018 ocorreram desvios positivos para todas as tipologias de resíduos como se passa a especificar.

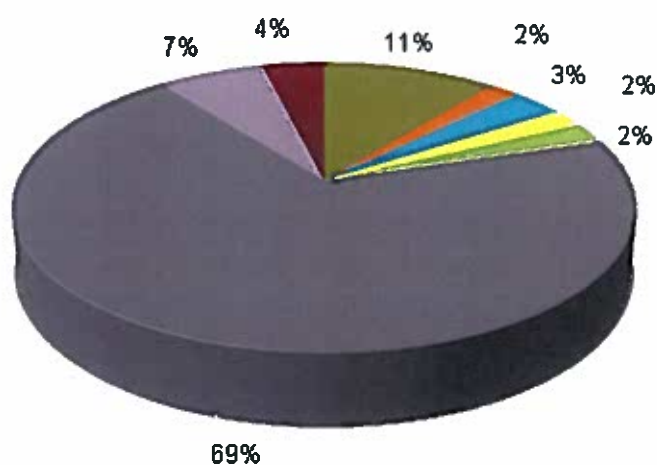
RECOLHAS INDIFERENCIADAS						
	2014	2015	2016	2017	2018	Δ 2017-2018
	t/ano					
Cascais	84 883	85 116	87 704	89 563	90 321	0,8%
Mafra	29 435	29 498	30 691	31 956	33 414	4,6%
Oeiras	55 635	55 963	57 359	58 017	59 639	2,8%
Sintra	122 007	121 088	124 051	126 030	132 204	4,9%
Particulares	2 076	470	357	269	260	-3,4%
TOTAL DE RESÍDUOS INDIFERENCIADOS	294 036	292 136	300 162	305 835	315 838	3,3%
Cascais	7 466	8 041	8 778	7 602	8 022	5,5%
Mafra	1 472	1 458	1 816	1 852	2 256	21,8%
Oeiras	2 326	3 123	4 772	2 639	4 697	78,0%
Sintra	10 562	9 584	11 332	18 306	15 356	-16,1%
Particulares	19	44	46	10	46	343,6%
TOTAL DE RESÍDUOS DE LIMPEZA	21 845	22 250	26 744	30 409	30 378	-0,1%
Cascais	2 397	2 826	3 284	3 778	4 908	29,9%
Mafra	1 320	1 261	1 731	2 388	2 759	15,6%
Oeiras	1 520	1 723	1 768	2 029	2 284	12,6%
Sintra	1 814	1 702	2 006	2 674	4 050	51,5%
Particulares	1 509	1 593	1 863	2 392	3 379	41,2%
TOTAL DE MONSTROS	8 560	9 105	10 651	13 260	17 380	31,1%

7

RECOLHAS SELECTIVAS						
	2014	2015	2016	2017	2018	Δ 2017-2018
	t/ano					
Cascais	16 007	23 276	24 254	24 359	26 487	8,7%
Mafra	2 016	2 237	2 245	2 431	3 790	55,9%
Oeiras	3 351	3 964	3 758	3 294	3 828	16,2%
Sintra	12 042	13 975	13 951	13 085	14 817	13,2%
Particulares	249	326	183	111	192	73,0%
TOTAL DE RESÍDUOS VERDES	33 665	43 778	44 391	43 281	49 115	13,5%
Cascais	0	41	29	0	626	+100,0%
Mafra	458	453	493	622	577	-7,3%
Oeiras	705	752	765	754	775	2,8%
Sintra	0	0	0	0	0	0,0%
Particulares	78	337	1 746	5 053	6 610	30,8%
TOTAL DE BIORRESÍDUOS SEM VERDES	1 242	1 582	3 034	6 429	8 588	33,6%
Cascais	4 099	4 016	4 167	3 797	4 601	21,2%
Mafra	1 120	1 099	1 200	1 230	1 359	10,5%
Oeiras	3 600	3 403	3 299	3 442	3 786	10,0%
Sintra	4 093	3 642	3 946	3 712	4 613	24,3%
Particulares	18	6	2	5	20	290,1%
TOTAL DE PAPEL & CARTÃO	12 930	12 166	12 614	12 185	14 379	18,0%
Cascais	2 177	2 182	2 281	2 476	2 750	11,1%
Mafra	681	657	682	735	792	7,7%
Oeiras	1 835	1 826	1 894	2 003	2 301	14,8%
Sintra	3 071	2 871	3 086	2 990	3 075	2,9%
Particulares	83	59	22	34	49	42,6%
TOTAL DE EMBALAGENS PLÁSTICO, METAL E ECAL	7 848	7 595	7 965	8 238	8 966	8,8%
Cascais	3 016	3 127	3 180	3 309	3 488	5,4%
Mafra	1 078	1 094	1 096	1 160	1 211	4,3%
Oeiras	2 219	2 181	2 255	2 274	2 379	4,6%
Sintra	4 039	3 864	3 826	3 700	3 808	2,9%
Particulares	1	3	0	6	0	-98,2%
TOTAL DE VIDRO	10 352	10 269	10 356	10 449	10 885	4,2%

Como primeira conclusão as tabelas evidenciam as fragilidades do SGRU e da população na área de intervenção da AMTRES sendo ainda de 80% o peso do resíduo indiferenciado face ao total.

7/3



■ Resíduos Verdes ■ Resíduos Orgânicos ■ Papel/Carvão ■ Embalagens
■ Vidro ■ Resíduos Indiferenciados ■ Resíduos de Limpeza ■ Monstros

Figura 8

Distribuição do Volume de Actividade por tipologia de Resíduo

As recolhas selectivas, que registaram uma certa estagnação no período da crise económica nacional, estão actualmente a recuperar e a entrar num processo de expansão, como se apresenta.

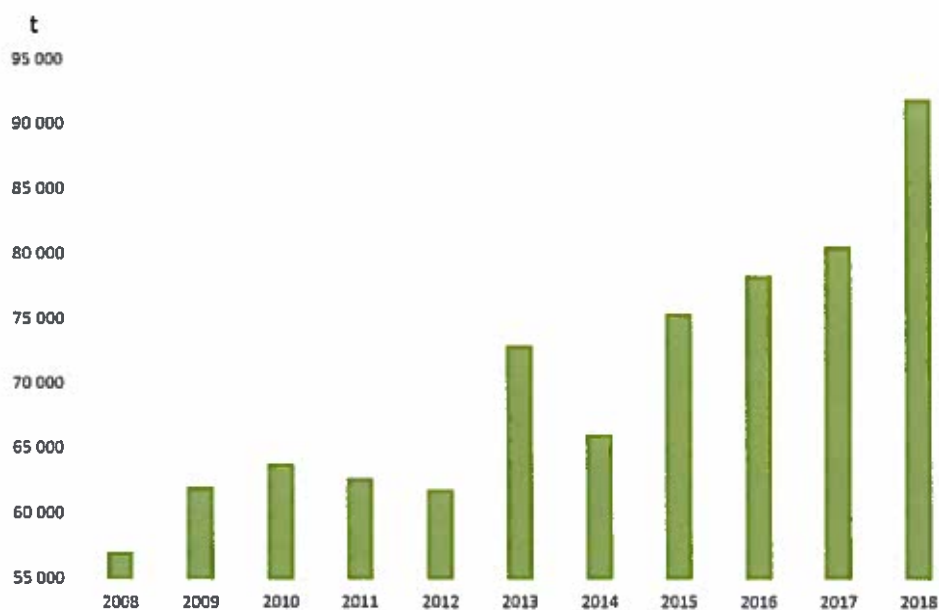


Figura 9

Total Anual em Recolhas Selectivas

Procedendo à desagregação das recolhas por tipologia de resíduos, é possível perceber que para o resultado verificado nas recolhas selectivas contribuiu sobretudo o acréscimo da representatividade das recolhas de resíduos verdes e de biorresíduos, o que resultou na evolução decrescente observada na representatividade da recolha de resíduos indiferenciados, figura 10.

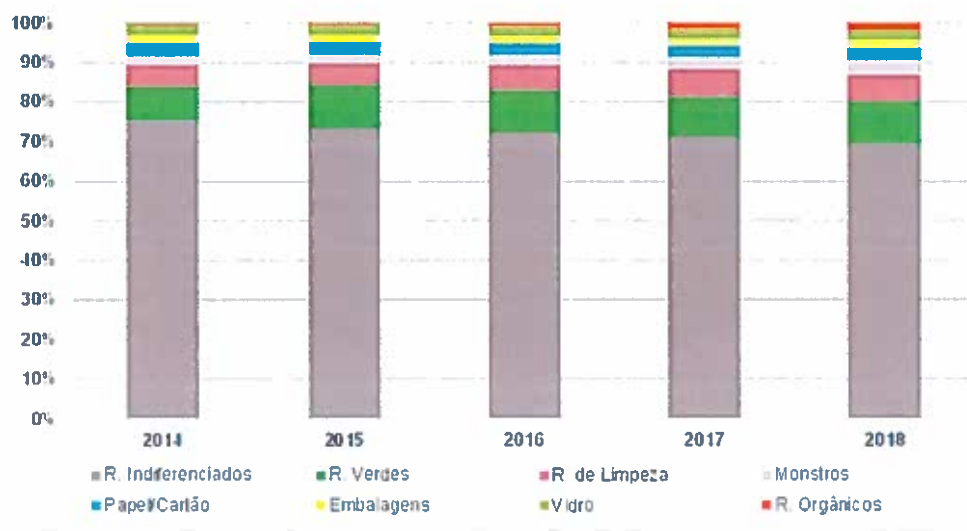
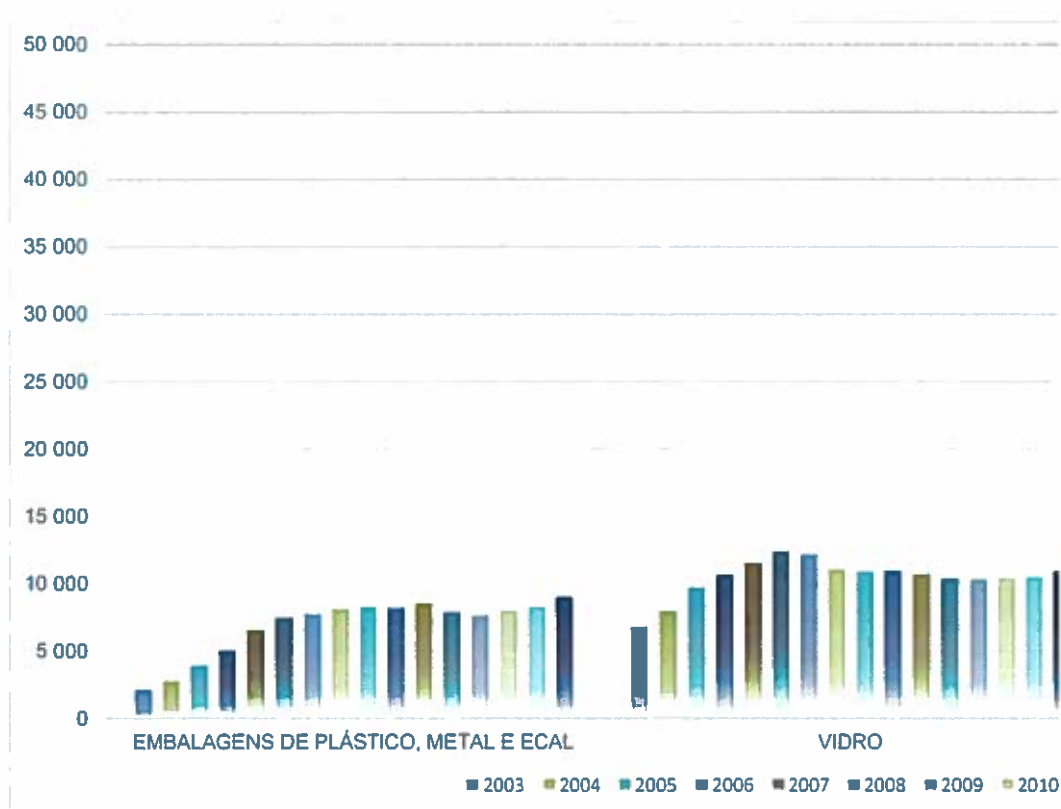


Figura 10 Percentagem de Recolhas por tipo de Resíduo



Handwritten signature or initials in blue ink.

No grupo dos biorresíduos – que englobam resíduos verdes e resíduos orgânicos biodegradáveis – tem-se também vindo a observar uma evolução positiva, resultante do investimento contínuo dos municípios na recolha selectiva destes dois tipos de resíduos, bem como às entregas de resíduos orgânicos de particulares na Central de Digestão Anaeróbia.

No respeitante à recolha selectiva multimaterial – papel/cartão, vidro e embalagens de plástico, metal e ECAL – denota-se igualmente uma melhoria nos resultados obtidos em 2018, consentânea com a evolução dos últimos anos, conforme se verifica no gráfico seguinte.

É expectável que os avisos abertos pelo POSEUR em 2017 e 2018 destinados à recolha selectiva e a execução de projectos de sensibilização – co-financiados ou não por este fundo de financiamento – e a abertura de novos avisos venha a incrementar ainda mais estes resultados positivos, contribuindo para as metas de prevenção da produção de resíduos, preparação para reutilização e reciclagem, retomas de recolha selectiva e minimização de deposição de RUB em aterro.

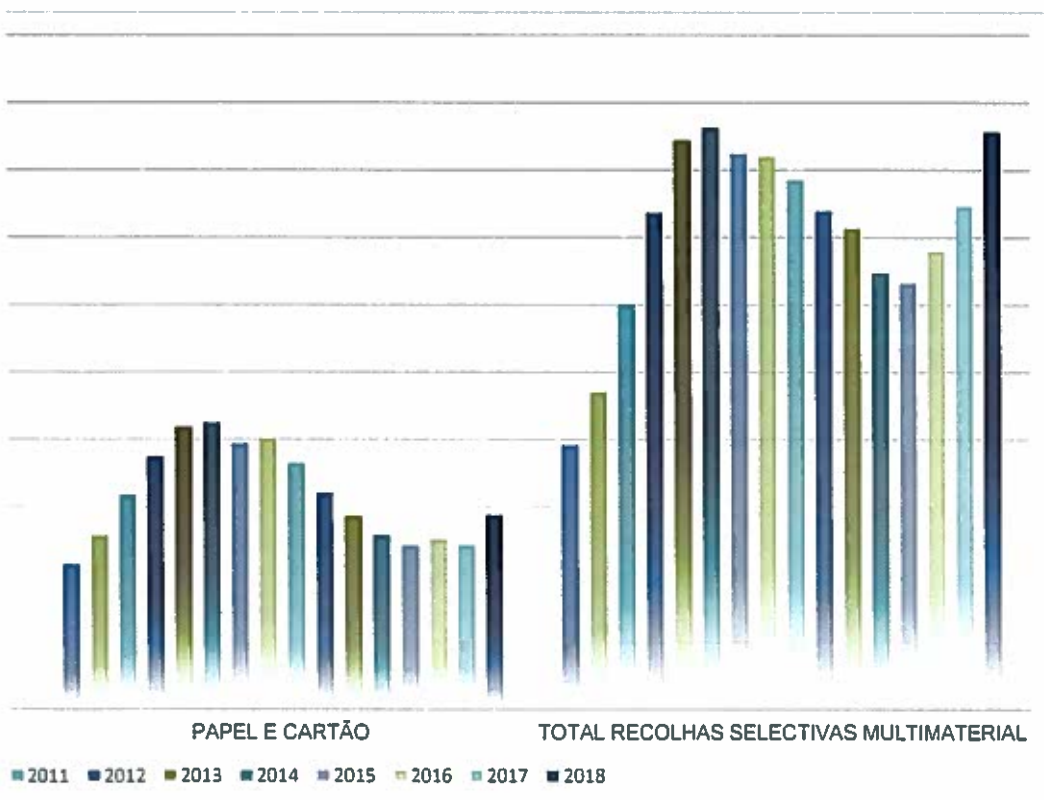


Figura 11 Evolução das quantidades de Resíduos provenientes da Recolha Selectiva Multimaterial

73

2.2. TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO

Após a recepção dos vários tipos de resíduos já identificados e quantificados no capítulo 2.1, a TRATOLIXO submete os mesmos a processos de tratamento e valorização, em conformidade com a hierarquia de gestão de resíduos.

O destino directo a que esses resíduos foram sujeitos nas instalações da empresa durante o ano de 2018 prova essa preocupação, figura 12.

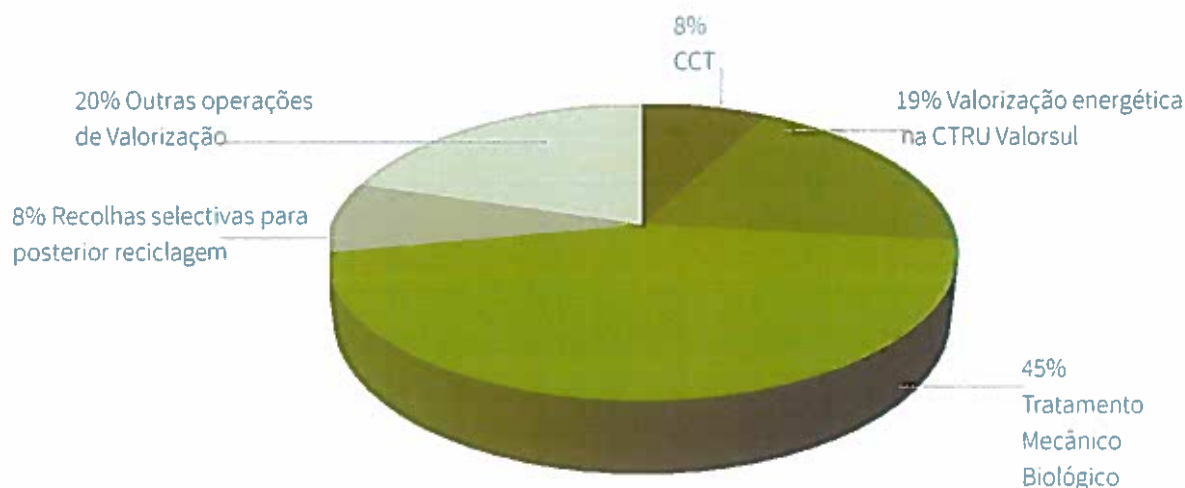


Figura 12 Destino Directo dos Resíduos recolhidos

Em 2018, um total de 92% dos resíduos recolhidos no Sistema AMTRES foram alvo de operações de reciclagem e outros tipos de valorização, enquanto que apenas 8% dos resíduos recolhidos foram encaminhados directamente para uma operação de eliminação – neste caso, para as CCT na Abrunheira.

Garantindo um funcionamento operacional optimizado e suportado em metodologias certificadas, a empresa promove anualmente a melhoria contínua da actividade nas suas infra-estruturas, de modo a maximizar a produção de produtos valorizáveis e minimizar os refugos operacionais.

Este trabalho sendo fundamental para a redução de custos, é sobretudo de primordial importância para o cumprimento das metas do PERSU 2020 impostas ao Sistema AMTRES.

Esta gestão também alavancada pelo cumprimento das metas do PERSU 2020 estabelecidas para o Sistema AMTRES é fundamental para o aumento dos proveitos e portanto da redução da tarifa aplicada. Dos resíduos que constituiriam produtos comercializáveis, via entidades gestoras ou não, foram encaminhados para reciclagem 36.169,47 t de resíduos em 2018, e distribuídos pelas categorias de produto que se apresentam no quadro.

Handwritten notes: "V." and a signature.

Produto	Quantidade (t)
Papel/cartão *	12 418,08
Plásticos/Metais**	8 923,68
Vidro (t)	11 240,44
Outros ***	3 587,27
Total	36 169,47

*Inclui fracção embalagem e não embalagem proveniente das recolhas selectiva e indiferenciada;

**Inclui materiais das recolhas selectiva, indiferenciada e ecocentros;

***Inclui REEE's, pilhas e acumuladores, pneus usados e estilha.

Para além dos materiais e/ou resíduos recicláveis obtidos no processo de triagem, a etapa de tratamento biológico da fracção orgânica biodegradável termina com a produção de composto na Central de Digestão Anaeróbia, que em 2018 atingiu 11.333,78 t.

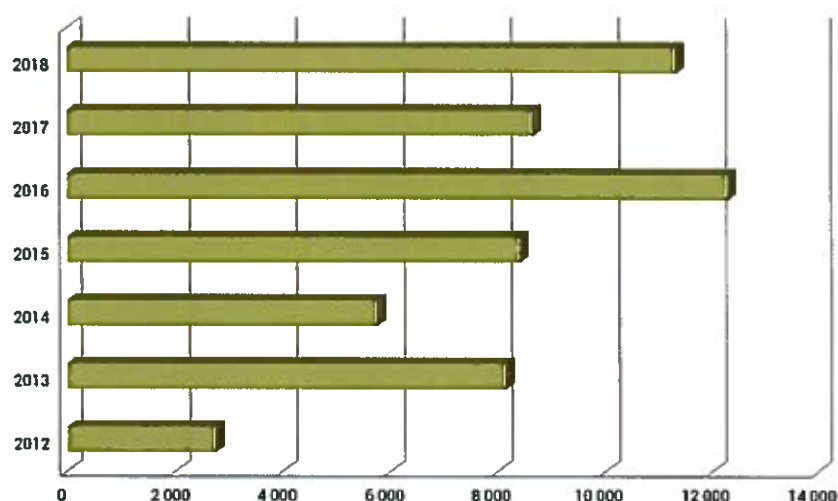


Figura 13 Produção de Composto na CDA

A quantidade obtida permite um acréscimo de 30,71% face ao ano anterior, facto que se justifica pela implementação, na CDA, de melhorias processuais que permitiram uma maior eficiência na afinação do composto reduzindo a quantidade de rejeitados produzidos e melhorando a qualidade do composto. Ainda resultante do processo de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos nesta instalação, obteve-se a produção e venda de 21.225,80 MWh de energia eléctrica, valor que se encontra em linha com o resultado do ano anterior.



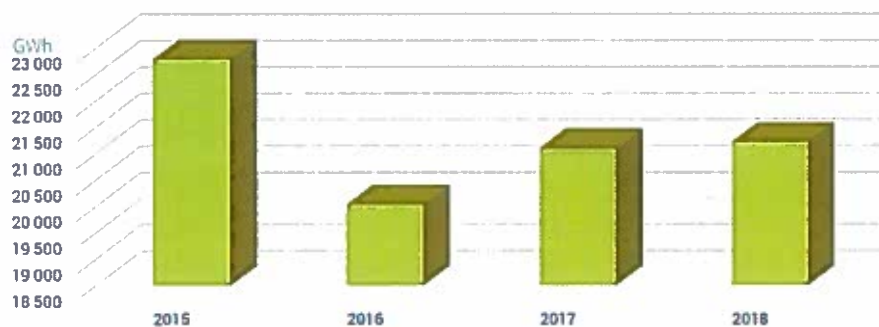


Figura 14 Produção de Energia

Importa também quantificar os resíduos e refugos dos processos internos que são encaminhados para destino final externo, tendo em consideração que a empresa não tem infraestruturas com capacidade instalada para efectuar o tratamento da totalidade dos resíduos que são produzidos no Sistema AMTRES.

Na tabela é possível observar a evolução do envio de resíduos para operadores externos licenciados, que correspondem a operações de "Outra valorização", "Incineração/valorização energética" e "Aterro".

DESTINOS EXTERNOS					
	2015	2016	2017	2018	Varição
	t/ano				
Aterro	44 485,28	59 030,90	8 894,20	13 513,10	51,93%
Resíduos indiferenciados	8 214,88	9 243,26	0,00	0,00	0,00%
Outros resíduos	1 842,34	3 222,62	415,78	0,00	-100,00%
Rejeitados dos processos	34 428,06	46 565,02	8 478,42	13 513,10	59,38%
Particulares	326	183	111	192	73,0%
Aterro Inertes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros resíduos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Valorização Orgânica	4 407,96	913,82	0,00	0,00	0,00%
Resíduos indiferenciados	2 458,96	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros resíduos	0,00	722,16	0,00	0,00	0,00%
Rejeitados dos processos	1 949,00	191,66	0,00	0,00	0,00%
Outra Valorização e Destinos	86 224,16	87 797,07	44 047,93	27 545,65	-37,46%
Resíduos indiferenciados	16 074,74	29 378,20	8 347,94	0,00	-100,00%
Outros resíduos	45 872,60	49 857,85	30 934,33	22 823,53	-26,22%
Rejeitados dos processos	24 276,82	8 561,02	4 765,66	4 722,12	-0,91%
Incineração/Val. Energética	164 557,12	161 771,60	124 241,50	85 752,83	-30,98%
Resíduos indiferenciados	84 591,28	109 471,64	108 797,32	84 231,63	-22,58%
Outros resíduos	5 771,18	2 898,74	0,00	0,00	0,00%
Rejeitados dos processos	74 194,66	49 401,22	15 444,18	1 521,20	-90,15%
Total Envios	299 674,52	309 513,39	177 183,63	126 811,58	-28,43%

Com base na análise na tabela – que apresenta a informação resumida que é reportada à APA no âmbito do Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU) – verifica-se que em 2018 foram enviadas 126.811,58 t de resíduos e rejeitados para destino final externo, o que constitui uma redução de -28,43% face ao ano anterior, sobretudo devido ao facto da infra-estrutura partilhada em regime de actividade complementar (capacidade disponível de valorização energética na Valorsul) ter estado em manutenção cerca de 5 meses.

Pelo facto das CCT no Ecoparque da Abrunheira se encontrarem em plena exploração, foi também possível reduzir nos custos com prestadores de serviços.

Em 2018 não foi efectuado o envio de resíduos urbanos (resíduos indiferenciados + outros resíduos) para eliminação em aterros externos, apenas foram enviados rejeitados dos processos, tendo-se privilegiado a opção de valorização energética, em consonância com as boas práticas de gestão de resíduos, nomeadamente o cumprimento da hierarquia de gestão de resíduos.

Com base em todo este trabalho desenvolvido e atendendo às metas estabelecidas no PERSU 2020 para o Sistema AMTRES, a TRATOLIXO efectuou os cálculos necessários para poder verificar o seu nível de cumprimento das mesmas, que se apresenta no quadro para o ano de 2018.

META	Posicionamento actual	Metas intercalares (Despacho nº 3350/2015 de 1 de Abril)		
	2018	2018	2019	2020
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (% de RUB produzidos)	8	16	16	16
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	47	42	52	53
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	38	42	46	49

Metas PERSU 2020 AMTRES e TRATOLIXO

Para estes cálculos foi considerada a metodologia de cálculo prevista na Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011.

Verifica-se, assim, que a TRATOLIXO cumpre a meta de 2018 relativa à taxa mínima de preparação para reutilização e reciclagem, cumpre largamente a percentagem máxima de deposição de RUB em aterro e está em incumprimento no que diz respeito à quantidade de resíduos de recolha selectiva retomados. Esta meta depende directamente das recolhas selectivas, operação que é da responsabilidade dos municípios. Apesar de se encontrar aquém da meta estabelecida, é possível constatar uma melhoria no desempenho da TRATOLIXO no que diz respeito às metas de preparação para reutilização e reciclagem e retomas de recolha selectiva, conforme consta do quadro.

META	Histórico					2018
	2013	2014	2015	2016	2017	
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (% de RUB produzidos)	16	8	3	3	6	8
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	27	42	48	42	43	47
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	34	34	33	34	34	38

Assim sendo, pode-se concluir que o esforço que os municípios têm vindo a desenvolver na expansão do número de ecopontos aos longo dos últimos anos está a influenciar positivamente estes resultados.

Para esta meta muito contribui também o papel da sensibilização, pelo que todo o trabalho desenvolvido quer pelos municípios, mas também pela TRATOLIXO, que se encontra a implementar um plano de sensibilização à escala de todo o Sistema AMTRES para diversos públicos-alvo co-financiado pelo POSEUR – permite já começar a observar resultados em termos de alterações comportamentais nos cidadãos e, consequentemente, na meta já referida.



7 3 v.



Figura 15 Central de Triagem

Co-financiada por:



2.3. EMPREITADAS EM CURSO

2.3.1. CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS DE EMBALAGEM DE TRAJOUCE

A empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem de Trajouce é uma operação co-financiada pelo POSEUR (projecto POSEUR-03-1911-FC-000054). Esta infra-estrutura está prevista no Plano de Acompanhamento do PERSU 2020 (PAPERSU) da TRATOLIXO como sendo uma acção essencial ao Sistema AMTRES para garantir a eco-eficiência da triagem dos resíduos de embalagem provenientes de recolha selectiva dos seus municípios. Com o arranque desta nova unidade no segundo trimestre de 2019 será possível incrementar significativamente as metas de retomas de recolha selectiva e de preparação para reutilização e reciclagem, como exigível pelo Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).



h.
73

2.3.2. NOVO EDIFÍCIO SOCIAL E DE SERVIÇOS DO ECOPARQUE DE TRAJOUCE

Co-financiado por:

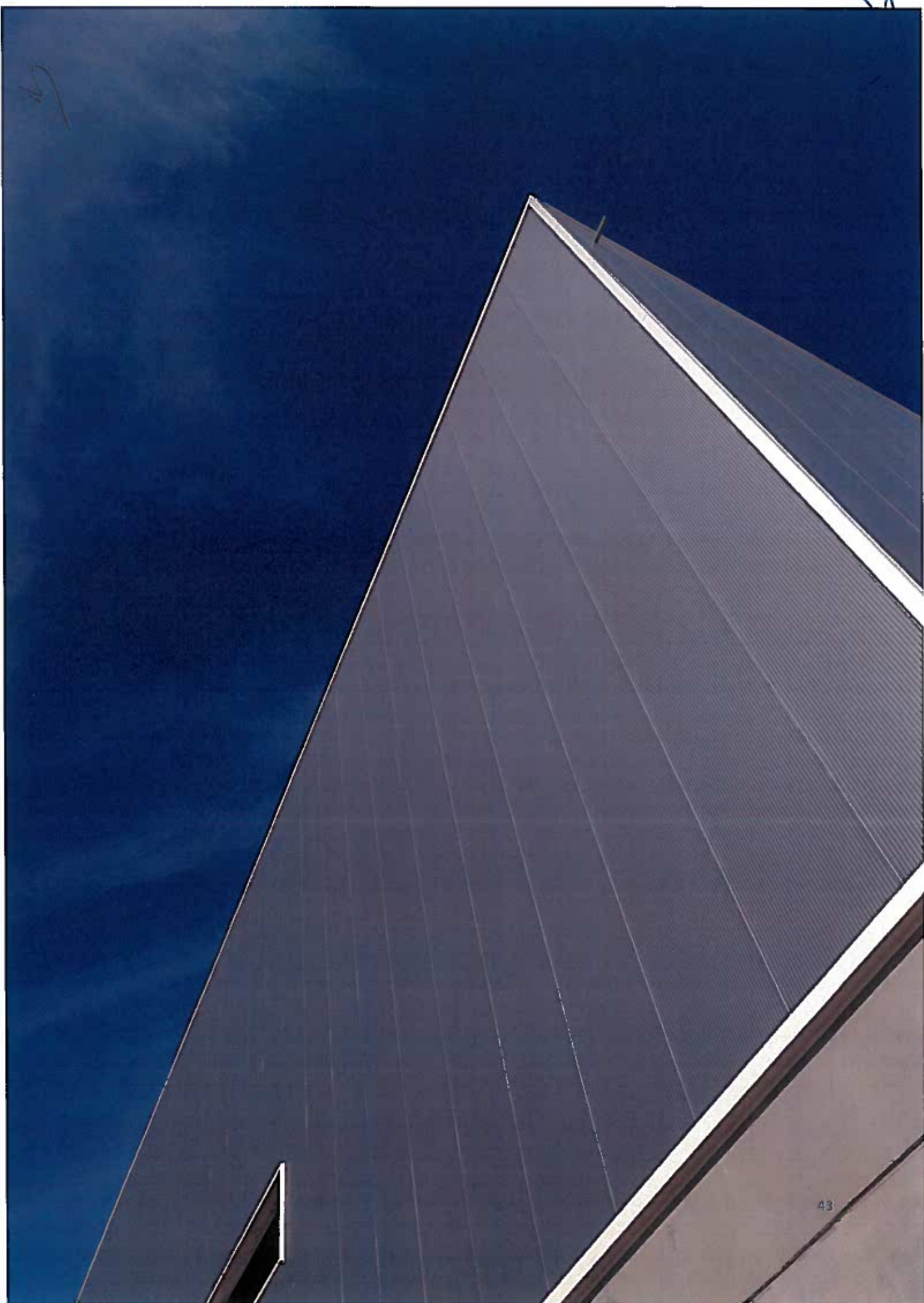


Edifício Multiusos

Face à intervenção da nova Central de Triagem, cuja localização albergava diversos serviços complementares à actividade da empresa – tais como Armazém, Oficinas, Balneários, Laboratório e uma Área de caracterização – tornou-se necessário providenciar a sua relocalização, modernização e ajuste às necessidades decorrentes da implementação da nova infraestrutura (Central de Triagem). Aproveitando a existência do edifício da antiga TRATOSPITAL desocupado e estruturalmente em boas condições no Ecoparque de Trajouce, a TRATOLIXO optou pela sua requalificação e adaptação,

de modo a instalar estes serviços.

A intervenção no Novo Edifício Social e de Serviços está incluída parcialmente na empreitada da CT, co-financiada pelo POSEUR (projecto POSEUR-03-1911-FC-000054).



Contributo PERSU 2020

2.4. Projectos e Iniciativas Estratégicas

Entre as iniciativas estratégicas da empresa mais relevantes do ano de 2018, há certamente que colocar em lugar de destaque o contributo prestado pela TRATOLIXO para o processo de Revisão do PERSU 2020, designado formalmente de PERSU 2020 +.

A proposta de documento para consulta pública viria a ser publicada, em Dezembro de 2018, prevendo novos desafios, metas e objectivos no seio da política de resíduos, em conformidade com a visão da União Europeia. A estratégia de acção nacional para o período pós 2020 passa por incrementar a preparação para reutilização e reciclagem, reduzir o consumo de plástico no âmbito da nova Directiva *Single Use Plastics* (SUP), otimizar e adequar as infra-estruturas existentes e por último, organizar o sector para a mudança. Em termos de metas e objectivos concretos, estes sistematizam-se da seguinte forma:

- Preparação para a Reutilização e

73

Resíduos Urbanos em 2018 e 2019.

Este documento vem revogar o Despacho n.º 7111/2015 de 29 de Junho, que

definia as metas de retoma dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos para

o período 2015-2017, e ao qual estão associadas as bonificações e penalizações

a aplicar aos valores de contrapartidas dos
resíduos de embalagem, pelo que o seu

incumprimento implica uma penalização aos valores de contrapartida a pagar pelas

entidades gestoras do Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem (SIGRE).

Com o objectivo de minimizar os impactos ambientais da TRATOLIXO foram

implementados projectos em 2018 com vista à promoção do aumento da eficiência

energética nos processos industriais do Ecoparque da Abrunheira, como sejam

a aplicação de um sistema de secagem
nos túneis de compostagem da CDA por

intermédio da instalação de permutadores de calor; a instalação de um software na

CDA para efectuar a monitorização dos consumos de energia nesta instalação; e o

aumento da área de cobertura com telhas translúcidas nas naves dos edifícios da

CDA, por forma a minimizar a utilização de iluminação artificial nestes espaços.

Estes projectos constituem medidas inseridas no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) e foram co-financiados pelo FEE no montante global de 71.996,50 €.



7. 2. 3.



Figura 16 Um dos permutadores de calor instalados nos túneis de compostagem da CDA



Figura 17 Página inicial do software de consumos de energia

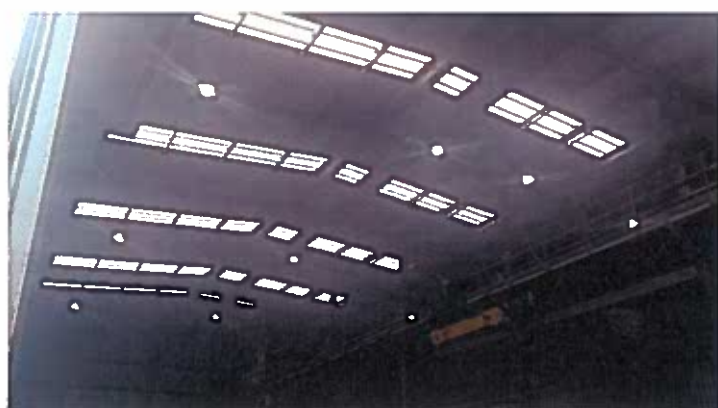


Figura 18 Nave de recepção da CDA após a instalação das novas telhas translúcidas

•	•	•	•	•	•
•	•	•	•	•	•
•	•	•	•	•	•
•	•	•	•	•	•



Com o objectivo de reduzir a pégada carbónica da TRATOLIXO em 2018 foi também adquirida uma nova viatura ligeira 100% eléctrica para a frota da empresa.

Na sequência, a empresa recebeu um incentivo fiscal de 2.250,00 € atribuído pelo Fundo Ambiental.

Destaque também em 2018 para a aprovação pelo POSEUR da candidatura da TRATOLIXO referente ao “Plano de Acções de Educação e Sensibilização com Vista à Valorização de Resíduos Urbanos do Sistema AMTRES”, operação n.º POSEUR-03-1911-FC-000129.

Esta operação, que obteve um co-financiamento de 98.927,25 €, tem uma duração de dois anos e pretende, em articulação com os municípios do Sistema, desenvolver um conjunto de acções cujo propósito é fomentar a prevenção da produção de resíduos, alertar os cidadãos para a prática da hierarquia de gestão de resíduos e reduzir a pegada ecológica.

Até ao momento e no âmbito deste plano, já foram desenvolvidas acções de sensibilização em escolas, feiras e eventos e criada a plataforma interactiva “TRATOPÓLIS”, que explica o percurso dos vários tipos de resíduos desde a sua produção até ao destino final.



A certificação do SIG da TRATOLIXO continua a ser um reflexo da aposta constante da empresa em melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

Ainda numa óptica estratégica, em 2018 a TRATOLIXO manteve a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental na Central de Digestão Anaeróbia e no Ecocentro da Ericeira, tendo ocorrido a transição do mesmo para o novo referencial normativo (NP EN ISO 14001:2015).

Quanto ao seu Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho – que engloba todas as instalações – houve uma renovação da certificação e a transição do Sistema de Gestão da Qualidade para o novo referencial normativo (NP EN ISO 9001:2015).

Para o ano de 2019, a TRATOLIXO tem como novo desafio a extensão da certificação do seu Sistema Integrado de Gestão Ambiental a todo o Ecoparque da Abrunheira, englobando assim as infra-estruturas da ETAL, Ecocentro e as CCT.

A TRATOLIXO desenvolve a sua actividade sob a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade. Esta conformidade é um dos temas mais importantes para a empresa, baseando-se na instrução dos pedidos de licenciamento, análise e verificação transversal da aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO, bem como à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

Os desenvolvimentos mais relevantes registados em 2018 neste domínio prenderam-se com a concessão de inscrição no registo nacional de matérias fertilizantes não harmonizadas para o produto CAMPOVERDE PREMIUM produzido na Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira.

No que diz respeito ao serviço de Monitorização de Processo e Produto, para além de dar resposta a diversas exigências relacionadas com requisitos legais, também monitoriza a actividade da empresa ao nível do seu desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final, garantindo uma consequente melhoria dos produtos produzidos.

Assim, torna-se possível à TRATOLIXO introduzir atempadamente as necessárias adaptações dos normativos legais em vigor para a sua actividade, acautelar impactos e atingir os requisitos estabelecidos pelos clientes de produto.

A forma como a empresa põe em prática estes objectivos está espelhada na elaboração e execução anual do seu Plano de Monitorização Ambiental.

Este documento constitui a base para o desenvolvimento de todos os trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descritores ambientais – emissões, efluentes e ruído – e os respectivos parâmetros a avaliar.

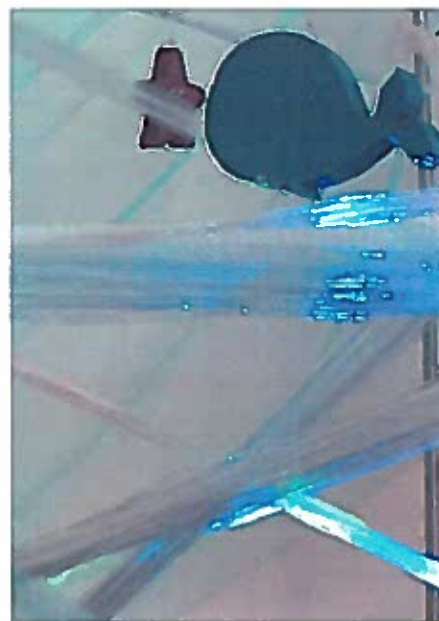
A partir de 2010 foi adicionalmente estendida a monitorização ambiental às lixeiras do Sistema AMTRES.

Também com periodicidade anual, a TRATOLIXO elabora o Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR), documento que planifica as actividades de caracterização de diversas tipologias de resíduos produzidos no Sistema AMTRES.

O PCQR permite, assim, conhecer as características físicas dos resíduos que dão entrada nas instalações da TRATOLIXO – que são, no fundo, a matéria-prima base da actividade da empresa – possibilitando, por um lado, o estabelecimento de objectivos quantificados no domínio da gestão dos Resíduos Urbanos (RU) e por outro lado, aferir a sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

É ainda elaborado anualmente um Plano de Controlo de Qualidade de Processo e Produto Final, que tem como objectivo monitorizar as várias actividades e processos produtivos da empresa – e assim controlar e garantir a sua eco-eficiência através do controlo dos consumos de água, electricidade, gás e resíduos produzidos, qualidade dos produtos finais e verificação do cumprimento das Especificações Técnicas (ET) definidas para os mesmos.

Reporte Anual 2018



2.5 COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Ao comunicar, a TRATOLIXO transmite às suas partes interessadas, uma mensagem institucional e uma mensagem educativa.

Uma mensagem institucional revela o desempenho da empresa, os seus compromissos e valores.

A partir de uma mensagem educativa, a TRATOLIXO quer proporcionar aprendizagem aos seus munícipes e gerar neles uma alteração comportamental, com o intuito de ver diminuir – na sua área de intervenção – os impactes ambientais associados à gestão de resíduos.

Em termos concretos, o objectivo da mensagem educativa da TRATOLIXO é prevenir a produção irreflectida e excessiva de resíduos, aumentar a sua valorização adequada e reduzir a deposição

de resíduos, em conformidade com a hierarquia de gestão de resíduos.

Para efectuar a sua comunicação de forma eficaz, a empresa implementa medidas, acções e projectos e recorre a vários tipos de ferramentas de comunicação diversificados e adequados a cada público.

Este trabalho pode – sempre que possível – ser alvo de co-financiamento externo.

Foi o caso do POSEUR, que em 2018 co-financiou a execução de várias iniciativas que prosseguem o objectivo macro da TRATOLIXO em dar cumprimento às metas previstas no PERSU 2020.

Os principais empreendimentos que foram desenvolvidos na área da comunicação e imagem resumem-se de seguida.

É fundamental a TRATOLIXO contemplar uma estratégia de Comunicação.

Colaborando por:



Publicações

De modo a comunicar com a multiplicidade de públicos-alvo abrangidos pelas suas iniciativas, a TRATOLIXO utilizou vários tipos de instrumentos de escrita tais como newsletter; newsletter digital; folhetos institucionais; folhetos informativos; anúncios para publicação em jornais, revistas e eventos do sector dos resíduos; e outdoors.

Comunicação Áudiovisuais e Multimédia

Foi aplicado, no correio electrónico da TRATOLIXO, um banner relativo a uma campanha de sensibilização da Ecopilhas para apoio ao IPO e que se encontrava associada à entrega de pilhas e acumuladores. Instalaram-se também quiosques digitais nas instalações da empresa para disponibilizar, de forma mais dinâmica e interactiva, conteúdos informativos diversos junto dos colaboradores, fornecedores, clientes e outros visitantes.



Internacionalização

TRATOLIXO recebe diversas delegações estrangeiras

Considerada um modelo a visitar no âmbito da gestão de resíduos, a TRATOLIXO foi anfitriã de várias visitas internacionais na procura de soluções e tendências para o sector de reciclagem, de oportunidades de negócio e de desenvolvimento de sinergias no âmbito da "Economia Circular". O *know how* acumulado ao longo de 30 anos

de experiência permite a partilha e troca de conhecimento para reforçar parcerias e negócios, colocando-o à disposição dos países emergentes que agora se confrontam com a problemática da gestão sustentável dos resíduos, contribuindo assim para o aumento da internacionalização das empresas portuguesas.



7 2 9



Europa

Letônia
Finlândia
Portugal

Ásia Ocidental

Républica Islâmica do Irão

África

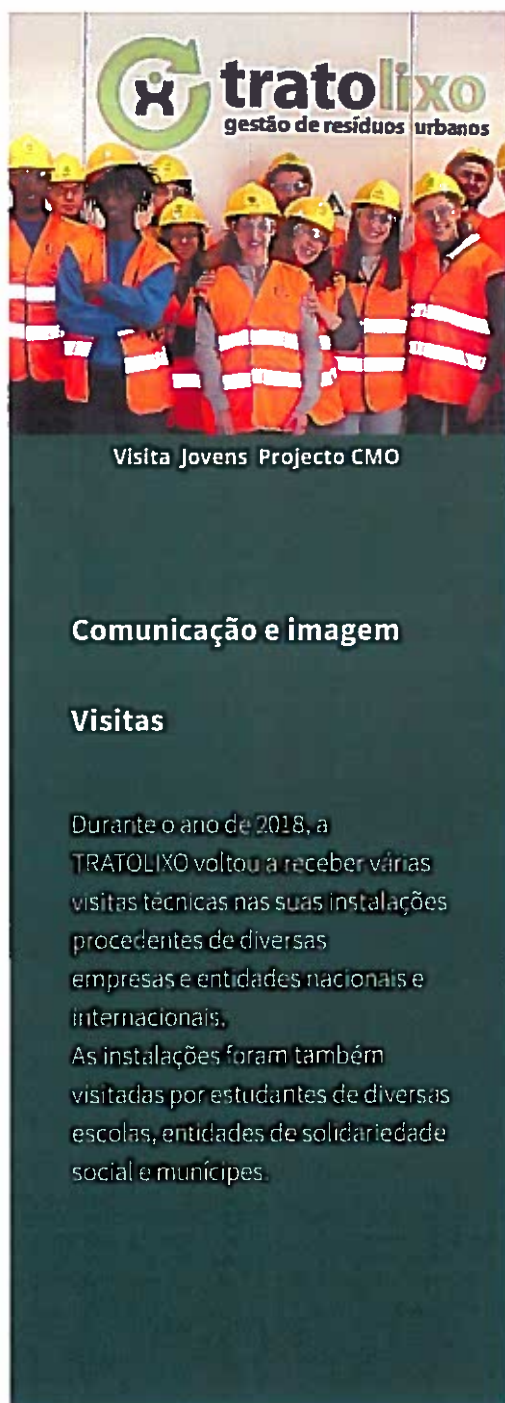
Angola

America do Sul

Brasil

Legenda: MapaMundo

Reporte Anual 2018



Comunicação e imagem

Visitas

Durante o ano de 2018, a TRATOLIXO voltou a receber várias visitas técnicas nas suas instalações procedentes de diversas empresas e entidades nacionais e internacionais. As instalações foram também visitadas por estudantes de diversas escolas, entidades de solidariedade social e municípios.



Participação em Feiras e Eventos

A TRATOLIXO marcou presença na Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (decorrida em todo o Sistema AMTRES), Greenfest 2018 (Cascais), FEXPOMALVEIRA (Mafra), evento "Há Festa no Parque" (Mafra), Encontro Nacional de Escuteiros (Sintra), Recycling Party (Cascais), Dia Mundial da Criança (Mafra), Comemoração do Dia Mundial da Árvore (Cascais) e o Global Action Day (Sintra), tendo proporcionado várias iniciativas de sensibilização para inúmeros participantes.



in
3



Figura 19 Campanhas de solidariedade: Tântos bichos que se juntam
em só um bichinho novo.

Apoio Social

A TRATOLIXO tem, ao longo dos anos, vindo a participar em causas sociais com o intuito de contribuir para a criação de uma sociedade mais inclusiva e, simultaneamente, de promoção de maior educação ambiental. Neste sentido, em 2018 a empresa fomentou parcerias com diversas instituições da sua área de intervenção, possibilitando a recepção de

resíduos valorizáveis posteriormente revertida em apoio financeiro.

De acordo com este procedimento, durante o ano de 2018 a TRATOLIXO recebeu cerca de 42 t de materiais recicláveis.

A colaboração da empresa para com a sociedade resultou também em apoio efectuado a campanhas solidárias, com a entrega de donativos às entidades promotoras das respectivas campanhas.

Situação Económico- Financeira

Sumário

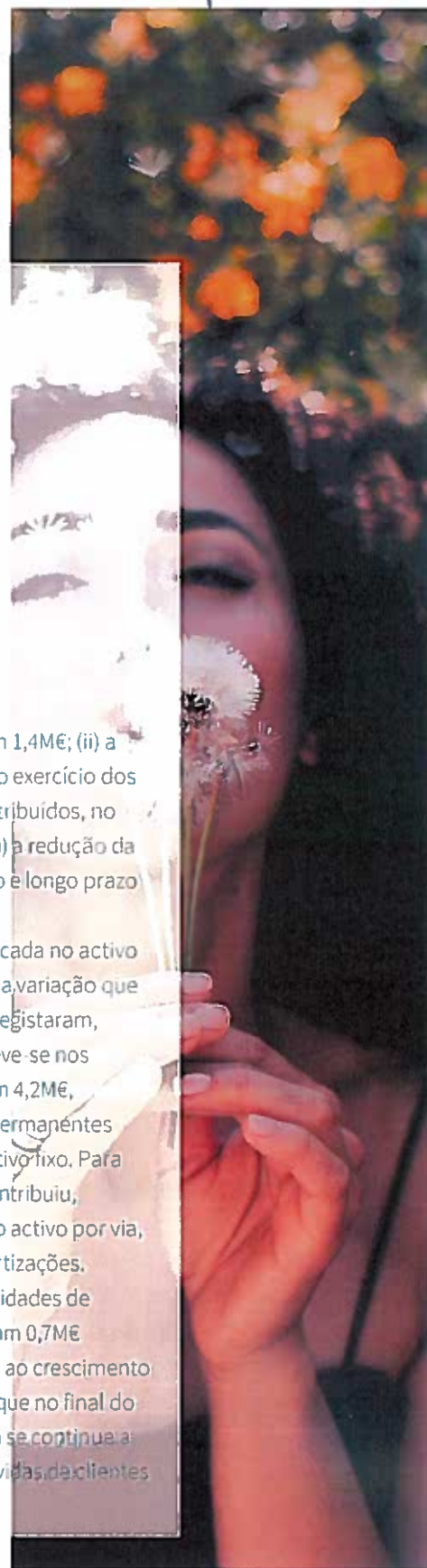
No relatório e contas de 2017 referia-se que em 2018 a TRATOLIXO iniciaria um novo ciclo, herdando de 2017 uma estrutura financeira equilibrada. Não obstante ser necessário corrigir a trajectória tarifária para o triénio 2018-2020.

A análise da Estrutura Financeira no final de 2018 permite que se conclua pela continuidade do equilíbrio financeiro da TRATOLIXO, fruto do rigor colocado na gestão dos recursos disponíveis, dado que a nova trajectória só foi aprovada vinculativamente pela ERSAR em Novembro de 2018.

No final deste ano, os Capitais Permanentes atingiram 176,0M€, tendo reduzido 6,8M€ relativamente a 2017. Para esta redução contribuiu: (i) a reprogramação do investimento afecto à Central de Triagem, que teve como consequência a redução do montante

atribuído pelo POSEUR em 1,4M€; (ii) a imputação a resultados do exercício dos montantes de subsídios atribuídos, no valor de 1,0M€; e, ainda, (iii) a redução da dívida financeira de médio e longo prazo no montante de 4,5M€.

Dado que a variação verificada no activo fixo ficou muito próxima da variação que os capitais permanentes registaram, o Fundo de Maneio manteve-se nos valores de 2017, ou seja em 4,2M€, continuando os capitais permanentes a conseguir financiar o activo fixo. Para a redução deste activo contribuiu, sobretudo, a realização do activo por via, essencialmente, das amortizações. No curto prazo, as Necessidades de Fundo de Maneio cresceram 0,7M€ devido, maioritariamente, ao crescimento da dívida dos municípios que no final do ano era de 4,5M€. Embora se continue a verificar o controlo das dívidas, da clientes



F S h.

Rigor na Gestão dos recursos disponíveis

**um novo ciclo, herdando
de 2017 uma estrutura
financeira equilibrada.**

e de fornecedores, constata-se que, de facto, no final do ano o activo de curto prazo cresceu mais 0,7M€ que o passivo de curto de prazo.

A dívida dos Municípios cresceu 2,3M€ por impossibilidade do seu pagamento devido à ausência do visto do Tribunal de Contas que não permitiu a liquidação da facturação relativa ao diferencial de tarifas. Em sessão de 21/3/2019 foi concedido o visto pelo Tribunal de Contas, pelo que, nesta data, o constrangimento que se verificava encontra-se sanado.

No passivo de curto prazo, verifica-se um crescimento da dívida a fornecedores, num total de 1,8M€, que respeita a dívida corrente, tendo relação directa com o avanço das obras em curso e com o valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar

à APA em 2019.

A Tesouraria líquida da TRATOLIXO no final de 2018 atingia 3,5M€, prevendo já 4,5M€ a liquidar à banca no decorrer de 2019.

O EBITDA atingiu 8,4M€, o mesmo valor que em 2017, mostrando que, embora com uma tarifa mais reduzida, foi possível manter os níveis de 2017. Tal foi possível porque os gastos operacionais reduziram na mesma proporção do volume de negócios.

Esta importante gestão do EBITDA, permitiu a cobertura das amortizações e das imparidades, e gerar o valor necessário de 1,9M€ para cobrir a actividade de financiamento, obtendo-se o resultado líquido próximo de zero que se almejava em orçamento.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro 1 – Conta de Exploração e de Resultados

	2017	2018	▲	▲ %
Rendimentos de Exploração	33.090.440	33.789.690	699.250	2,1%
Gastos de Exploração	24.710.553	25.384.718	674.166	2,7%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	8.379.888	8.404.972	25.084	0,3%
Gastos de Depreciação e Amortização	6.480.108	6.471.476	-8.632	-0,1%
Provisões e imparidades	-36.588	33.171	69.759	n.a.
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	1.936.368	1.900.325	-36.043	-1,9%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2.398	2.799	401	16,7%
Juros e Gastos Similares Suportados	1.867.608	1.806.967	-60.641	-3,2%
Resultado antes Impostos	71.158	96.156	24.999	35,1%
Imposto sobre o Rendimento	59.663	65.779	6.116	10,3%
Resultado Líquido	11.495	30.378	18.883	164,3%

O Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), atingiu 8,4M€. Este montante foi suficiente e excedeu em 1,9M€ os Gastos de Depreciação e Amortização, e as Provisões e Imparidades, que totalizaram 6,5M€.

O Resultado de Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT) obtido, no montante de 1,9M€, foi suficiente para cobrir o financiamento líquido e gerar o excedente de 96 mil euros que, depois de deduzido do Imposto sobre o Rendimento, no montante de 66 mil euros, gerou um Resultado Líquido de 30 mil euros.

Rendimentos de Exploração

Expurgando da análise a rubrica de Serviços de Construção, que se compensa quando se analisam os Gastos de Exploração, a variação que se apura no Total dos Rendimentos de Exploração inverte-se: a variação positiva de 0,7M€, patente no quadro acima, passa a

negativa no montante de 2,7M€. De facto, a variação positiva que os serviços de construção registaram excedeu as variações negativas que se verificaram em Serviços Prestados e em Outros Rendimentos.

Quadro 2 – Rendimentos de Exploração

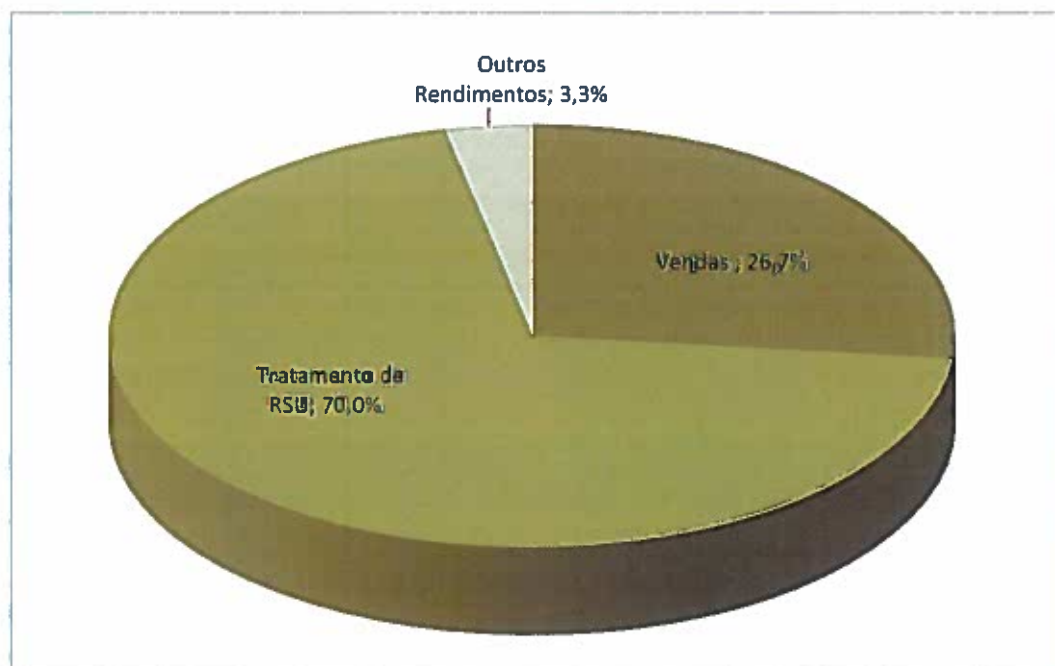
		Un: €		
Rúbrica/Ano	2017	2018	▲	▲ %
Vendas	7.626.588	7.862.625	236.037	3,1%
Serviços Prestados	22.999.657	20.584.426	-2.415.231	-10,5%
Outros Rendimentos	1.452.289	973.917	-478.372	-32,9%
Total dos Rendimentos de Exploração (s/ serv. const.)	32.078.534	29.420.968	-2.657.565	-8,3%

O decréscimo de 2,4M€ que se verifica em Serviços Prestados – Tratamento de RSU, tem relação directa com a tarifa fixada para 2018 que, relativamente a 2017, reduziu 8,80€ por tonelada.

A subida de 0,2M€ em Vendas, reflecte o crescimento generalizado que se verificou em quase todos os produtos, que conseguiu superar a variação negativa que o Papel Cartão não Embalagem registou, no montante de 0,5M€.

Os valores registados em Outros Rendimentos, têm, maioritariamente, a ver com situações extraordinárias registadas tanto em 2018 como em 2017, não sendo por isso comparáveis nem a sua ocorrência futura expectável.

Gráfico 1 – Distribuição dos Rendimentos de Exploração



Gastos de Exploração

Mais uma vez, expurgando da análise a rubrica Serviços de Construção, sub-rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, a variação positiva de 0,7M€, que se apura no sub-total dos Gastos Operacionais, passa a negativa, verificando-se, ao invés, uma redução nos gastos de 2,7M€.

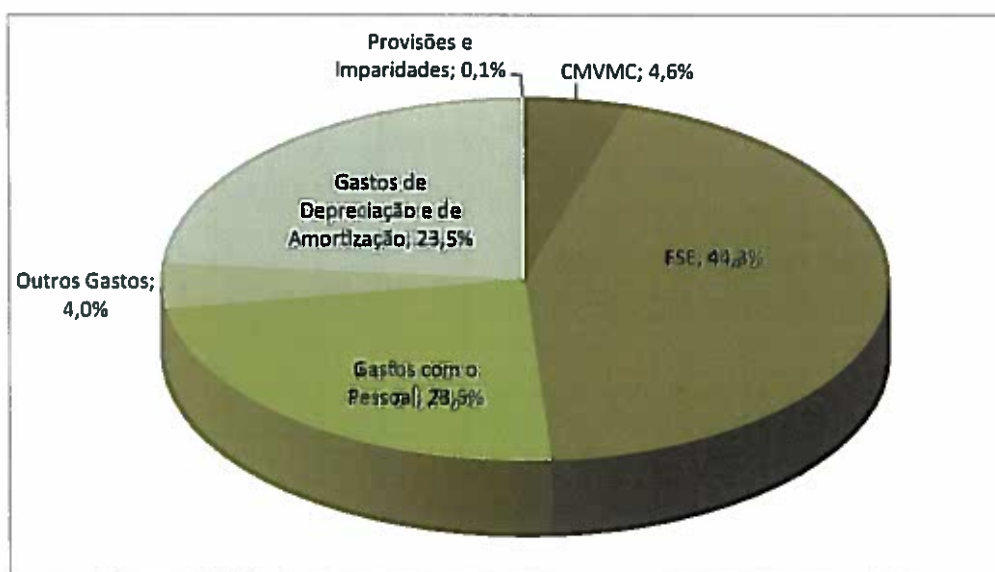
Quadro 3 – Gastos de Exploração

				Un: €
Rúbrica/Ano	2017	2018	▲	▲ %
Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.131.062	1.257.506	126.444	11,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	16.185.984	12.188.206	-3.997.779	-24,7%
Gastos com o Pessoal	6.238.694	6.468.292	229.597	3,7%
Outros Gastos	142.906	1.101.993	959.088	671,1%
Sub Total	23.698.646	21.015.996	-2.682.649	-11,3%
Gastos de Depreciação e de Amortização	6.480.108	6.471.476	-8.632	-0,1%
Provisões e Imparidades	-36.588	33.171	69.759	n.a.
Total dos Gastos de Exploração (s/ serv. const.)	30.142.165	27.520.644	-2.621.522	-8,7%

W.
S.

Para a redução atrás referida contribuiu, (i) a redução de 4,0M€ que se verifica em Fornecimentos e Serviços Externos, explicada, maioritariamente, pela renovação de alguns contratos com condições mais vantajosas, e pela redução, face ao período homólogo, dos custos com conservação e reparação e com rendas de equipamentos; e (ii) o crescimento do valor registado em Outros Gastos que diz, sobretudo, respeito à menos valia obtida com a alienação de dois equipamentos que se encontravam obsoletos.

Gráfico 2 – Distribuição do Total dos Gastos Operacionais



Estrutura Patrimonial**Quadro 1 - Evolução das rubricas do Balanço 2018-2017**

Rúbricas/Anos			Un: €	
	2017	2018	▲	▲ %
Total do Activo	191.495.687	186.432.269	-5.063.418	-2,6%
Activos Fixos	168.776.535	165.674.598	-3.101.938	-1,8%
Outros Activos	14.089.894	12.766.991	-1.322.904	-9,4%
Soma	182.866.430	178.441.588	-4.424.842	-2,4%
Caixa e Equivalentes	8.629.258	7.990.681	-638.577	-7,4%
Total do Capital Próprio	25.021.576	23.220.906	-1.800.670	-7,2%
Total do Passivo	166.474.111	163.211.363	-3.262.748	-2,0%
Dívida Financeira	151.882.470	147.424.351	-4.458.119	-2,9%
Provisões	3.163.818	3.147.512	-16.307	-0,5%
Outros Passivos	11.427.823	12.639.501	1.211.678	10,6%

1. Activo

O Total do Activo, excluído de Caixa e Equivalentes era, em 31 de Dezembro de 2018, de 178M€, menos 4,4M€ que no final de 2017. Para esta redução contribuiu o decréscimo de 3,1M€ que se verifica na rubrica Activos Fixos, mostrando que os montantes capitalizados não acompanharam a realização dos activos por via das amortizações que, em 2018, atingiram 6,5M€. Adicionalmente, contribuiu a redução de 1,3M€ que se verifica em Outros Activos.

Activos Fixos

O montante de 166M€ que a rubrica Activos Fixos apresenta, refere-se, na sua quase totalidade, ao valor líquido das infra-estruturas da concessão de responsabilidade da TRATOLIXO. Deste montante, 4,6M€ reflectem o valor de obra já executada, particularmente, de dois investimentos: a Central de Triagem de Embalagens e o Edifício Multiusos.

Outros Activos

A redução de 1,3M€ verificada em Outros Activos reflecte, por um lado, o crescimento que se verificou na dívida dos Municípios, e, por outro, e em valor superior, a redução dos valores a receber de subsídios.

2. Passivo

Relativamente ao período homólogo o passivo reduziu 3,3M€, fruto da redução que se verifica na Dívida Financeira, e do crescimento que se verifica em Outros Passivos.

Dívida Financeira

Nos termos do contrato de financiamento a Dívida Financeira, reduziu 4,5M€, atingindo 147M€ no final de 2018. Este foi o primeiro ano, após reestruturação da dívida, em que se exigiu a primeira amortização de capital, reflectindo a redução que se verifica o cumprimento do contrato firmado entre as partes.

O financiamento contraído junto do sindicato bancário, em regime de “project finance”, teve como objectivo a construção das infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Provisões

Nos termos da legislação em vigor, o montante de 3,1M€ diz, maioritariamente, respeito à melhor estimativa, à data, da responsabilidade futura dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento das Células de Confinamento Técnico, e à responsabilidade presente e futura da sua monitorização, bem como das lixeiras e do aterro de Trajouce encerrado em 2004.

Outros Passivos

Contribuiu para crescimento de 1,2M€, o acréscimo da dívida a fornecedores, que tem relação directa com o desenvolvimento das obras em curso, e, ainda, com o acréscimo do valor a liquidar à APA de Taxa de Gestão de Resíduos.



3. Capital Próprio

O Capital Próprio regista, relativamente a 2017, uma redução de 1,8M€ que se deve: (i) ao desreconhecimento de 1,4M€ do subsídio atribuído para a construção da Central de Triagem de Embalagens, devido à reprogramação do valor atribuído para o seu financiamento; e (ii) ao reconhecimento, em resultados, dos subsídios atribuídos pelo POSEUR.

De acordo com o normativo em vigor, os subsídios ao investimento são registados inicialmente em capital próprio, sendo transferidos para os resultados dos sucessivos exercícios, em parcelas, durante o período das correspondentes amortizações.



04.

Perspectivas Futuras

O PERSU 2020+ estabelece as linhas gerais do alinhamento que é necessário introduzir ao Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos

Missão da TRATOLIXO

Adopção de soluções diversificadas e complementares para a optimização de sinergias.

Procuramos uma distribuição equitativa do esforço dos SGRU ajustada à sua realidade.

Visão Futura

As expectativas da TRATOLIXO sobre este documento é que ele venha a definir uma estratégia a uma escala nacional

Perspectivas

O PERSU 2020+ estabelece as linhas gerais do alinhamento que é necessário introduzir ao Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), com vista a corrigir a presente trajectória e projectar o esforço na concretização das novas metas estabelecidas.

Este documento evidencia as grandes carências de investimento do sector e as prioridades da tutela para o mesmo.

Com base nas infra-estruturas existentes a nível nacional e respectivas capacidades, o PERSU 2020+ estabelece uma análise por região, sendo apontadas as prioridades de cada uma delas.

O PERSU 2020+ deve, por isso, constituir uma oportunidade de definição de uma clara estratégia de actuação nacional, tendo em conta as diversidades e especificidades regionais do País.

Espera-se que sejam canalizados todos os esforços na adopção de medidas para o reforço das recolhas selectivas e do seu correcto tratamento, definindo e adoptando também uma política de valorização energética de resíduos, tendo em conta a necessidade de gestão da fracção “resto”, desviando-a da deposição em aterro. É de supra importância que neste documento estratégico se proceda à melhoria da metodologia de projecções e de fixação das metas, se avalie o nível de cumprimento dos objectivos e se identifiquem os constrangimentos ao seu cumprimento, atendendo ao considerável atraso nos investimentos devido ao bloqueio anterior do POSEUR.

As expectativas da TRATOLIXO sobre este documento é que ele venha a definir uma estratégia a uma escala nacional, que permita a adopção de soluções diversificadas e complementares que permitam a optimização de sinergias, tendo em conta os níveis de potencial e desenvolvimento discrepantes dentro do País que importa considerar para a adopção de soluções distintas, acompanhadas do necessário desenvolvimento de políticas públicas de investimento adequadas. Para este efeito é fundamental uma distribuição equitativa do esforço dos SGRU, ajustada não só à sua realidade como às características da envolvente regional e populacional.

Assim, ao nível das políticas públicas de investimento é preciso ter em conta a necessidade de reforçar as actividades de recolha selectiva multimaterial e de

biorresíduos, a valorização orgânica dos RUB, considerando o investimento já efectuado e as infra-estruturas actuais, de modo a permitir a optimização das soluções tecnológicas existentes e a sua complementaridade com outras opções tecnológicas que se revelem mais adequadas e eficientes.

Os próximos anos serão também um marco na actividade da TRATOLIXO pelo início de funcionamento da CT de Resíduos de Embalagem de Trajouce.

Após 10 anos a subcontratar o serviço de triagem a operadores externos esta infra-estrutura representa uma conquista importante da empresa, com a possibilidade de redução de custos, melhoria de eficiência processual e ganhos ambientais.

Contudo, não se deve ficar alheio ao panorama sócio-económico do País que, como já se sabe, condiciona sobremaneira a gestão de resíduos.

O Banco de Portugal faz uma previsão de abrandamento do crescimento económico para o período entre 2019 e 2021.

Esse crescimento será mais sustentável do que em anos anteriores, baseando-se menos no consumo privado e mais no aumento do peso das exportações e do investimento empresarial no PIB nacional.

Quanto ao mercado de trabalho, aquela instituição estima também que a criação de emprego deve continuar a abrandar, contribuindo para algumas pressões inflacionistas internas originadas pelos custos salariais.

Estes factores acarretam a possibilidade de influência na estabilização da produção de resíduos, o que deverá ser tido em conta na gestão operacional da empresa.

05.

7/3

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do art.º 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.I.M., S.A. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2018, no valor de 30.377,80€ (trinta mil, trezentos e setenta e sete euros e oitenta centimos), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Susete Maria Martins Dias



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho



Joaquim Francisco da Silva Sardinha

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice

<i>Balanço</i>	<i>71</i>
<i>Demonstração dos resultados</i>	<i>71</i>
<i>Demonstração das alterações no capital próprio</i>	<i>73</i>
<i>Demonstração dos fluxos de caixa</i>	<i>74</i>
<i>Anexo às demonstrações financeiras</i>	<i>75</i>
1 Introdução	75
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	77
3 Principais políticas contabilísticas	78
4 Fluxos de caixa	94
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	95
6 Gestão de riscos financeiros	96
7 Activos fixos tangíveis	96
8 Activos Intangíveis	97
9 Activos e passivos por Impostos Diferidos	100
10 Inventários	101
11 Clientes	103
12 Estado e outros entes públicos	104
13 Outras contas a receber	104
14 Diferimentos	105
15 Capital	106
16 Reservas	107
17 Outras variações de capital	107
18 Provisões	109
19 Financiamentos obtidos	110
20 Fornecedores	112
21 Outras contas a pagar	113
22 Vendas e serviços prestados	114
23 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	115
24 Fornecimentos e serviços externos	116
25 Gastos com pessoal	117
26 Perdas por imparidade e reversões do exercício	118

27	Outros rendimentos e ganhos	119
28	Subsídios ao investimento	119
29	Outros gastos e perdas	120
30	Juros e gastos e rendimentos similares	120
31	Imposto do exercício	121
32	Compromissos	122
33	Contingências	123
34	Informações sobre matérias ambientais	124
35	Partes relacionadas	125
36	Disposições legais	128
37	Divulgações exigidas por diplomas legais	132
38	Eventos subsequentes	132

77
V.
9
Atf.

Balanço

		31 de dezembro	
	Nota	2018	2017
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	73.919	51.896
Ativos intangíveis	8	165.094.613	168.167.706
Outros Ativos financeiros		9.861	5.670
Ativos por impostos diferidos	9	496.204	551.264
		165.674.598	168.776.535
Corrente			
Inventários	10	1.163.173	1.174.112
Clientes	11	2.543.352	3.247.602
Estado e outros entes públicos	12	48.762	255.396
Outras contas a receber	13	8.867.837	9.315.187
Diferimentos	14	143.867	97.598
Caixa e depósitos bancários	4	7.990.681	8.629.258
		20.757.671	22.719.152
Total do Ativo		186.432.269	191.495.687
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	15	7.010.000	7.010.000
Prêmio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30.000	30.000
Resultados transitados		(862.602)	(874.096)
Outras variações no capital próprio	17	17.013.010	18.844.057
		23.190.528	25.010.081
Resultado líquido do período		30.378	11.495
Total do capital próprio		23.220.906	25.021.576
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	3.147.512	3.163.818
Financiamentos obtidos	19	142.959.581	147.417.701
Passivos por impostos diferidos	9	512.326	532.825
Ajustamentos em subsídios	17	4.939.261	5.470.855
		151.558.680	156.585.199
Corrente			
Fornecedores	20	2.414.010	2.127.629
Estado e outros entes públicos	12	177.185	166.173
Financiamento obtidos	19	4.464.769	4.464.769
Outras contas a pagar	21	4.171.319	2.710.141
Diferimentos	14	425.400	420.200
		11.652.683	9.888.912
Total do passivo		163.211.363	166.474.111
Total do capital próprio e do passivo		186.432.269	191.495.687

As notas das páginas 75 a 132 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados

	Nota	Exercício	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	22	32 815 773	31 638 151
Subsídios à exploração	-	8 296	-
Variação nos inventários de produção	10	(91 893)	104 545
Trabalhos para a própria entidade	8	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(1 257 506)	(1 131 062)
Fornecimentos e serviços externos	24	(16 556 928)	(17 197 891)
Gastos com o pessoal	25	(6 468 292)	(6 238 694)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10, 26	1 606	3 438
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11, 13, 26	(67 377)	-
Provisões (aumentos) / reduções	18	32 600	33 150
Aumentos/ reduções de justo valor		(372)	74
Outros rendimentos	27	1 057 514	1 347 669
Outros gastos	29	(1 101 622)	(142 906)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 371 801	8 416 476
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(6 471 476)	(6 480 108)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas) / reversões		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 900 325	1 936 368
Juros e rendimentos similares obtidos	30	2 799	2 398
Juros e gastos similares suportados	30	(1 806 967)	(1 867 608)
Resultados antes de impostos		96 156	71 158
Imposto sobre o rendimento do período	31	(65 779)	(59 663)
Resultado líquido do exercício		30 378	11 495
Resultado por acção:			
- básico		0,02	0,01

As notas das páginas 75 a 132 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das alterações no capital próprio

7 V.
31/12/18

	Notas	Capital realizado	Premios emissão	Reservas legais	Resultados transferidos	Outras variações Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2017		7.010.000	120	30.000	(1.401.068)	19.224.921	526.971	25.390.945
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	526.971	-	(526.971)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(380.864)	-	(380.864)
		-	-	-	526.971	(380.864)	(526.971)	(380.864)
Resultado líquido do período							11.495	11.495
Resultado Integral							11.495	(389.369)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2017		7.010.000	120	30.000	(874.096)	18.844.057	11.495	25.021.576
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	11.495	-	(11.495)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(1.831.048)	-	(1.831.048)
		-	-	-	11.495	(1.831.048)	(11.495)	(1.831.048)
Resultado líquido do período							30.378	30.378
Resultado Integral							30.378	(1.800.670)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2018		7.010.000	120	30.000	(862.602)	17.013.010	30.378	23.220.906

As notas das páginas 75 a 132 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

7 W.
S. H.

Demonstração dos fluxos de caixa

		Exercício findo em 31 de dezembro	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		30.167.181	34.150.485
Pagamentos a fornecedores		(20.031.199)	(22.140.214)
Pagamentos ao pessoal		(5.788.366)	(5.662.264)
Caixa gerada pelas operações		4.347.616	6.348.007
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(158.137)	314.562
Outros recebimentos/ (pagamentos)		(1.265.463)	(49.948)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		2.924.016	6.612.620
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(16.713)	(37.793)
Ativos intangíveis		(25.786)	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		211.858	-
Ativos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		2.553.905	27.812
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		2.723.264	(9.982)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	1.800.153
Aumentos de capital		-	-
Juros e rendimentos e similares		2.099	1.798
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Amortizações de contratos de locação financeira		(5.333.124)	-
Juros e gastos e similares		(943.355)	(1.874.107)
Outras operações de financiamento		(11.477)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(6.285.857)	(72.155)
Variação de caixa e seus equivalentes		(638.577)	6.530.484
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.629.257	2.098.774
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7.990.680	8.629.257

As notas das páginas 75 a 132 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como TRATOLIXO ou Empresa), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989, tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados, bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana.

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de Março de 2019. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

1.1 – Enquadramento da actividade

Entre Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2016, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito do contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009, foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra’ em 2007, de acordo com o qual a TRATOLIXO deixou de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos.

Na sequência das alterações introduzidas em 2009 ao quadro legal e regulatório do sector das águas e resíduos em Portugal, em 20 de Novembro de 2015 a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, conforme previsto no disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto, que substituiu o contrato programa então em vigor, passando este a produzir efeitos a partir 30 de Junho de 2016, data da emissão do visto do Tribunal de Contas, até 31 de Dezembro de 2043.

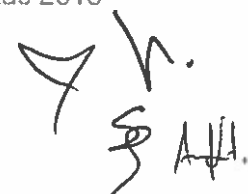
A substituição do contrato programa pelo contrato de gestão delegada, obrigou ao alinhamento dos objectivos estratégicos da TRATOLIXO com o PERSU 2020, conforme o PAPERSU 2020 apresentado pela TRATOLIXO e aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente em Junho de 2015. Em termos gerais os contratos continuam a prever os mesmos direitos e obrigações assumidos pela TRATOLIXO e a AMTRES no contrato anterior, passando contudo a vigorar um regime de fixação de tarifas com carácter vinculativo para períodos de 5 anos, sujeitas a actualização com base na inflação anual e a parecer favorável da ERSAR.

Assim no âmbito dos referidos contratos, considera-se que estes atribuem à TRATOLIXO acesso às instalações existentes no ecoparque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, para além da obrigação de construir um novo ecoparque na Abrunheira (Maфра) e requalificar o ecoparque de Trajouce.

A TRATOLIXO não pode dispor livremente desses activos, para além da substituição/renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços. Pelos serviços prestados, conforme estipulado, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema.

Assim, o contrato de gestão delegada, tal como anteriormente o contrato programa, assinado com a AMTRES constitui, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos.

Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.




2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2018, e, supletivamente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC ("IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços). Ainda a referir, por supletividade a norma ASC 980 – Regulated Operations emitida pelo FASB (que substitui a anterior SFAS 71- Accounting for the Effects of Certain types of regulation).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia de 27 de Março de 2019, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acréscimo) no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas (Nota 3), foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.



3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.4 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à

V.
S
11

data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta, desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.

3.2.3 Activos Intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.



Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos *upgrades*. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram a AMTRES. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

De acordo com os contratos que regulam a concessão, todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição são considerados como parte dos custos e encargos a recuperar nas tarifas, razão pela qual a TRATOLIXO não procede ao registo de obrigações contratuais de reposição no final da concessão, por conta dos equipamentos de renovação/ substituição a adquirir/ construir, e integra todos os montantes dos serviços de construção / aquisição no direito de concessão quando incorridos.

Assim, o valor do direito de concessão reconhecido corresponde: (i) do valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; (ii) ao valor da permuta dos serviços de

construção/aquisição em equipamentos de expansão/ requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e (iii) às contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão (o qual compreende o montante classificado como direito de concessão à data da transição e os montantes subsequentes dos serviços de construção prestados em equipamentos de expansão/requalificação/renovação/substituição) são amortizados de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, de forma linear e pelo termo da concessão, a terminar em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.2.4 Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação dos indicadores de imparidade é efectuada na revisão do modelo financeiro da concessão e sempre que ocorram alteração nas condições da concessão não passíveis de reposição de equilíbrio pelas



tarifas ou pelas transferências financeiras. O teste de imparidade é efectuado ao nível da concessão como um todo, por esta corresponder à unidade geradora de caixa mais caixa a que a TRATOLIXO gera benefícios económicos. O registo da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.2.5 Activos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo, ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo, ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.2.6 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

7/11/18

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo ("fair value hedge"), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade ("cash flow hedge"), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

3.2.7 Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- (i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção, conservação e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte;
- (ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos;
- (iii) equipamento de protecção individual (EPIS), fardamentos e consumíveis diversos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados, cujo custo de produção excede o valor da venda, se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.2.8 Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.2.9 Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na demonstração dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e, de uma clarificação emitida pela IFRS Interpretation Committee, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.2.10 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.



3.2.11 Passivos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.12 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados

ao custo amortizado sendo a diferença, entre o valor nominal e o justo valor inicial, reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo, neste caso, classificados no passivo não corrente.

3.2.13 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e, que se estima, que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial de activos e passivos que não resultem de uma concentração de actividades e que, à data da transacção, não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: (i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência)

de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Em 2009, a TRATOLIXO procedeu ao registo de uma provisão para os custos a incorrer com a recuperação ambiental de terrenos localizados junto ao aterro de Trajouce, no valor de 3.500 mil euros. Esta provisão foi registada nas demonstrações financeiras no âmbito do anterior normativo contabilístico (POC), como parte do activo tangível em curso, por se tratar de um custo associado a responsabilidades de remoção dos resíduos indevidamente depositados em Trajouce, decorrentes da actividade desenvolvida pela TRATOLIXO no âmbito do contrato-programa. Este valor foi transferido de activos fixos tangíveis para activo intangível, pela aplicação da IFRIC 12, na data da transição para o SNC. A provisão é revista anualmente tendo em consideração o período estimado de realização e os dispêndios incorridos / a incorrer para a reparação do passivo ambiental, montante que em 31 de Dezembro de 2018 se estima em 196 mil euros.

Decorrente da instrução da AMTRES de 30 de Janeiro de 2018, a parte do valor correspondente aos custos já incorridos que havia sido capitalizado como activo intangível, foi, em 2017, reconhecida como gastos do exercício. Esta decisão do accionista prevê a recuperação imediata deste custo ao invés do que estava previsto: a sua recuperação por intermédio de tarifas futuras ao longo do período da concessão.

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de Agosto, foi constituída no exercício de 2016 uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, sendo que se estima o seu encerramento em 2026.

Provisões para monitorização de aterro, lixeiras e células de confinamento técnico

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização dos aterros e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato-programa. Esta é uma

medida de protecção ambiental exigida pela Direcção Geral do Ambiente, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO, para o período da responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento), estando sujeitas a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.2.15 Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente da data do seu recebimento.

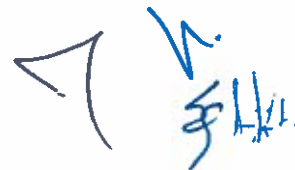
Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos, se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital" (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.2.16 Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.



As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato ou, pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação.

3.2.17 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são reconhecidas como activos ou passivos se qualificarem como tal.

3.2.18 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem oriundos da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos provenientes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis resultantes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem, ainda, a estes produtos, os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii)   provável que benefícios econ micos fluam para a TRATOLIXO; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenha sido transferido para o comprador.

No caso da venda dos resíduos de embalagem às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem (SIGRE), Sociedade Ponto Verde; Novo Verde e Amb3E o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados por estas entidades aplicável   fracção não embalagem dos lotes de materiais mistos (embalagem e não embalagem).

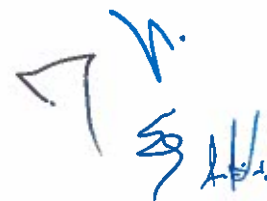
O rédito das prestações de serviços refere-se a duas actividades:

- Tratamento de resíduos - o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e a tarifa definida pela AMTRES assente no parecer vinculativo da ERSAR. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas   facturado directamente aos Municípios.
- Serviços de construção de infra-estruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - o rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, em termos de equipamentos a construir/ adquirir para expansão/ requalificação/ renovação/ substituição, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou, indirectamente, relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada   execução de actividades específicas, mas   prestação continua do serviço.

3.3 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente   qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.



A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, a TRATOLIXO incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação) ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.4 Principais estimativas e julgamentos apresentados na elaboração das demonstrações financeiras

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do conselho de administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.4.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.4.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido, que constituem a melhor estimativa do conselho de administração, têm em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da administração fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores que não se encontram registados.

3.4.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente, nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou definida a alteração do fim do prazo da concessão de 31 de Dezembro de 2028 para 31 de Dezembro de 2043.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

3.4.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício ao longo da concessão.

Por se tratar de um direito contratual sujeito a regulação (fixação de tarifa) a amortização praticada tem que reflectir o consumo do benefício económico subjacente ao direito de explorar a concessão, o que se consubstancia no valor da amortização elegível para efeitos de determinação das tarifas. De acordo com as condições contratuais em vigor ("Contrato de gestão delegada") enquanto o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos não for aplicável à TRATOLIXO, estas são similares às do "contrato-programa" que vigorava anteriormente e que considerava como base para a recuperação dos custos e encargos da concessão o "custo de amortização de todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição".

Assim, a amortização do direito de concessão é efectuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação / substituição destes activos.

Na data em que o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos tiver de ser adoptado pela TRATOLIXO, este método de amortização poderá ter de ser revisto/alterado, o que poderá originar diferenças transitórias significativas nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, e consequentemente potenciais necessidades de reequilíbrio da concessão ou equilíbrio financeiro da TRATOLIXO.

3.4.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o conselho de administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base

✓
7 3 11!

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	1.821	3.000
Depósitos bancários	7.988.860	8.626.258
Caixa e depósitos bancários	<u>7.990.681</u>	<u>8.629.258</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerário		
- Caixa	1.821	3.000
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	7.988.860	2.418.083
- Depósitos a prazo	-	6.208.174
	<u>7.988.860</u>	<u>8.626.258</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>7.990.681</u>	<u>8.629.258</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>7.990.681</u>	<u>8.629.258</u>

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.2 Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às estimativas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

Handwritten notes in blue ink: a large '9' and a signature.

5.3 Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6 Gestão de riscos financeiros

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratarem de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a EDP, a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7 Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

73
41

	Equipamento administrativo	
	2018	2017
1 de Janeiro		
Custo de aquisição	738.737	708.702
Depreciações acumuladas	(686.841)	(660.169)
Valor líquido	51.896	48.532
31 de dezembro		
Adições	17.952	31.802
Alienações e abates	(4.199)	(1.766)
Transferências / regularizações	41.077	(85)
Depreciação - exercício	(36.086)	(28.302)
Depreciação - alienações	3.297	1.715
Depreciação- reg. transf. e abates	(19)	-
Valor líquido	73.919	51.896
31 de dezembro		
Custo de aquisição	793.568	738.737
Depreciações acumuladas	(719.649)	(686.841)
Valor líquido	73.919	51.896

As adições registadas nesta rubrica referem-se, essencialmente, a equipamentos de comunicação e áudio e equipamento social.

8 Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas computador	Programas computador em curso	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
A 1 de janeiro de 2018					
Custo de aquisição	553.574	-	199.186.449	882.803	200.622.827
Amortizações acumuladas	(524.736)	-	(31.930.385)	-	(32.455.121)
Valor líquido	28.838	-	167.256.065	882.803	168.167.706
31 de dezembro					
Adições	12.201	-	328.089	4.049.028	4.389.317
Alienações e abates	-	-	(1.292.504)	-	(1.292.504)
Regularizações	-	-	(154)	-	(154)
Transferências	-	-	243.990	(284.914)	(40.924)
Amortizações - exercício	(18.484)	-	(6.444.056)	-	(6.462.539)
Amortizações - reg/alienações	-	-	333.710	-	333.710
Valor líquido	22.555	-	160.425.141	4.646.917	165.094.613
31 de dezembro de 2018					
Custo de aquisição	565.775	-	198.465.871	4.646.917	203.678.563
Amortizações acumuladas	(543.220)	-	(38.040.730)	-	(38.583.950)
Valor líquido	22.555	-	160.425.141	4.646.917	165.094.613

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

Em 2018 procedeu-se à transferência dos seguintes investimentos em curso para o activo intangível direito da concessão: (i) Sistema para aquecimento do ar de injeção, por transferência do calor transportado pela água, nos túneis de compostagem da CDA, no valor de 225.521 euros; (ii) Instalação de portões automáticos Hormann, no valor de 6.619 euros e (iii) Torre de comunicação e estação repetidora no valor de 10.070 euros; (iv) Instalação de bancos de jardim e floreiras no valor de 1.780 euros.

Foram transferidos 40.924 euros de investimentos em curso para equipamento administrativo, relativos a equipamentos de comunicação e áudio.

As adições directas registadas em 2018 no direito da concessão referem-se, essencialmente: (i) a colocação de telhas translúcidas nos edifícios industriais da CDA, no montante de 16.869 euros; (ii) a um sistema para aquecimento do ar de injeção, por transferência do calor transportado pela água, nos túneis de compostagem da CDA, no valor de 27.890 euros, que

acresce ao valor transferido de investimentos em curso; (iii) a pavimentação de arruamentos no Ecoparque de Trajouce, no valor de 39.796 euros; (iv) à colocação de anel periférico nas células de confinamento técnico para drenagem do biogás no montante de 20.359 euros; (v) e à aquisição de equipamento de carga e transporte, no valor de 152.215 euros.

As adições no direito da concessão em curso, respeitam, essencialmente às seguintes situações: (i) empreitada da Central de Triagem de Trajouce; (ii) empreitada do edifício multiusos (social e de serviços) do Ecoparque de Trajouce. Estas adições resultam da permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de "Direito de concessão em curso" referem-se às seguintes obras:

	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação dos Terrenos Sui	196.200	196.200
Terrenos requalificação ambiental	297.993	297.993
Central de Triagem de Trajouce	3.436.871	64.192
Edifício social e de serviços de Trajouce	705.464	39.010
Sistema secagem tuneis de compostagem da CDA	-	225.521
Instalação de portões Hormann	-	6.619
Canal de comunicação - Naucom	-	50.994
Mesa galera de estrado e pivot	495	2.275
Implementação software Sendys BPM	7.476	-
Quiosque digital	2.419	-
	4.646.917	882.803

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o valor de aquisição das infra-estruturas da concessão, permutadas pelo direito de concessão, adquiridas sob o regime de locação financeiras é como segue:

Locações financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Valor bruto	2.271.760	2.271.760
Amortizações acumuladas	(2.271.760)	(2.271.760)
	-	-

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciações e amortizações" da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

9 Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido	(34.561)	(22.168)
Imposto Corrente (nota 29)	(31.218)	(37.495)
	(65.779)	(59.663)

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(55.059)	510.593
Passivos por impostos diferidos	20.499	(532.760)
	(34.561)	(22.168)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões de monitorização de aterros e lixeiras	Provisão de selagem das CCT	Diferimento rendimentos SFAS71	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 de Janeiro de 2018	37.687	469.432	44.145	-	551.264
Transferência IRC a deduzir	-	-	-	-	-
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(2.984)	(52.159)	-	-	(55.143)
Alteração de taxa de imposto	-	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-	84	84
Movimento do período	(2.984)	(52.159)	-	84	(55.059)
A 31 de dezembro de 2018	34.703	417.273	44.145	84	496.204

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Gasóleo	58.117	60.250
Arame	26.642	28.372
EPI's e Fardamentos	51.310	42.345
Outros consumíveis	927.446	854.823
Produtos acabados	119.900	211.793
Adiantamentos por conta de compras	1.624	-
Imparidade de inventários	(21.866)	(23.472)
Total inventários	<u>1.163.173</u>	<u>1.174.112</u>

O custo dos inventários reconhecido, em 2018, como gastos e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" (ver nota 23) diz respeito ao consumo de arame e a gasóleo, tendo totalizado 1.257.506 euros (em 2017: 1.131.062 euros).

Os EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

Do total de itens registados em inventários, como produtos acabados, 38.019 euros encontram-se contabilizados pelo valor de realização líquido. Os restantes 81.881 euros estão valorizados ao custo de produção. A variação nos inventários de produção ascendeu a - 91.893 euros.

Imparidade de Inventários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro	23.472	26.910
Reforço	-	-
Utilizações	-	-
Reversão	(1.606)	(3.438)
A 31 de dezembro	<u>21.866</u>	<u>23.472</u>

A reversão justificou-se pela utilização de consumíveis/equipamentos que não eram requisitados há muito tempo e cuja utilização se revelou agora necessária.

O imposto diferido activo diz respeito às provisões de monitorização do aterro de Trajouce, das lixeiras, que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO, das células de confinamento técnico da Abrunheira e respectiva selagem (ver nota 18).

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Total
A 1 de janeiro de 2018	(57)	(532.768)	(532.825)
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Alteração de taxa de imposto	-	-	-
Reversão por resultados	7	20.491	20.499
Movimentos do período	7	20.491	20.499
A 31 de dezembro de 2018	(49)	(512.277)	(512.326)

As reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior resultam da actualização do valor dos activos efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada.

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

7

h.

5.11.1.

11 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo i)	1.089.330	-	1.089.330	2.202.772	-	2.202.772
Clientes - outros ii)	1.454.022	-	1.454.022	1.044.830	-	1.044.830
Clientes de cobrança duvidosa	159.931	-	159.931	92.553	-	92.553
	<u>2.703.283</u>	<u>-</u>	<u>2.703.283</u>	<u>3.340.155</u>	<u>-</u>	<u>3.340.155</u>
Imparidade de clientes	(159.931)	-	(159.931)	(92.553)	-	(92.553)
Total Clientes	<u>2.543.352</u>	<u>-</u>	<u>2.543.352</u>	<u>3.247.602</u>	<u>-</u>	<u>3.247.602</u>

- i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta dos serviços de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.
- ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de energia eléctrica injectada na rede, produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2018	2017
A 1 de janeiro	92.553	92.553
Aumentos	68.377	-
Utilizações	-	-
Reduções	(1.000)	-
A 31 de dezembro	<u>159.931</u>	<u>92.553</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	13	2.591	99.374	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	55.192	-	51.116
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	48.749	-	156.022	-
Contribuições p ^a segurança social / C.G.A.	-	118.750	-	114.649
Descontos ADSE	-	140	-	-
Fundos de compensação do trabalho	-	512	-	408
	48.762	177.185	255.396	166.173
Saldo corrente	48.762	177.185	255.396	166.173
Saldo não corrente	-	-	-	-
	48.762	177.185	255.396	166.173

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2018	31/12/2017
Pagamentos por conta	25.296	133.653
Retenções na fonte	3.343	3.217
Estimativa de IRC	(31.218)	(37.495)
Total	(2.578)	99.374

O saldo devedor de IVA, 48.749 euros, refere-se ao saldo a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2018.

13 Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

		31/12/2018			31/12/2017		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	i)	5 232 636	-	5 232 636	9 064 711	-	9 064 711
Imparidade Outros devedores		-	-	-	-	-	-
		5.232.636	-	5.232.636	9.064.711	-	9.064.711
Pessoal		2 553	-	2 553	2 713	-	2 713
Devedores por acréscimo rendimento							
Faturação a emitir	ii)	216 535	-	216 535	223 252	-	223 252
Diferencial tarifário a receber	iii)	3 391 603	-	3 391 603	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	iv)	24 511	-	24 511	24 511	-	24 511
Outras contas a receber		8.867.837	-	8.867.837	9.315.187	-	9.315.187

i) O saldo relevado em outros devedores diz, essencialmente, respeito ao valor de 5.109 mil euros a receber do subsídio atribuído ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) para a construção de uma Central de Triagem de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva.

ii) Este saldo refere-se, quase integralmente, à energia a facturar à EDP no montante de 184 mil euros e a valores a receber de seguros no total de 27 mil euros.

iii) Facturação a receber dos municípios, no valor de cerca de 3.392 mil euros, relativa ao diferencial tarifário aplicado que já obteve parecer favorável da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e aguardava visto do Tribunal de Contas;

iv) Refere-se ao valor em saldo relativo ao adiantamento efectuado ao empreiteiro das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31/12/2018	31/12/2017
Seguros	291	34.575
Outros serviços	143.576	63.023
Gastos a reconhecer	143.867	97.598
Faturação antecipada	375.400	420.200
Outros rendimentos	50.000	-
Rendimentos a reconhecer	425.400	420.200

9 ✓ 9 11/2

Os gastos a reconhecer dizem respeito a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Os rendimentos a reconhecer referem-se:

(i) Ao recebimento de 179.200 euros relativos à participação de uma entidade externa no processo de aprendizagem e know-how relativo à empreitada que "consiste em transportar a água quente (80°C e 90°C), que sai do circuito de água de refrigeração dos motogeradores, até aos 10 túneis da CDA, onde foram montados permutadores de calor para aquecimento do ar de injeção por transferência do calor transportado pela água. Aprendizagem que se prevê que irá decorrer até 2022.

(ii) A 196.200 euros recebidos nas tarifas de 2017, que por deliberação da Assembleia Intermunicipal da AMTRES, serão para compensar com os gastos a incorrer com a recuperação do passivo ambiental de Trajouce. De acordo com a norma ASC 980 – Regulated Operations emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71) os rendimentos serão diferidos até que os gastos venham a ser concretizados.

15 Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>Número de acções</u>	<u>Capital Social</u>
Capital Social	<u>1.402.000</u>	<u>7.010.000</u>

16 Reservas

A rubrica de Capital próprio, Reservas legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, mantendo-se nos 30.000 euros.

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital social.

17 Outras variações de capital

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”. A 31 de Dezembro de 2018, o valor líquido deste subsídio ascende a 11.121 mil euros, já deduzido do efeito fiscal futuro no valor de 3.229 mil euros.

Está também reconhecido, nesta rubrica, o valor líquido de 5.567 mil euros relativo ao subsídio do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva. O valor do efeito fiscal futuro, relativo a este subsídio do POSEUR foi de 1.616 mil euros.

Em 2018, o POSEUR procedeu à reprogramação da operação pelo ajustamento do valor aos montantes efectivamente contratados para as empreitada e fiscalização da Central de Triagem, originando uma redução do subsídio em 1.055 mil euros, deduzido do efeito fiscal futuro no valor de 306 mil euros.

A reprogramação contemplou a inclusão na operação da empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce e respectiva fiscalização, numa percentagem de alocação de 39,5%, pelo que ficou reconhecido nesta rubrica o montante de 256 mil euros relativo ao subsídio a receber, líquido do efeito fiscal futuro de 74 mil euros.

Estão também registados, nesta rubrica dois subsídios para a aquisição de duas viaturas eléctricas e três subsídios do Fundo de Eficiência Energética direccionados para a CDA, atingindo o valor líquido destes 5 subsídios 67 mil euros, valor já deduzido do efeito fiscal futuro de 19 mil euros.

Em 2018 procedeu-se ao reconhecimento de um subsídio para a aquisição de uma viatura eléctrica no valor de 1.744 euros, líquido de efeito fiscal futuro no montante de 506 euros.

	Subsídios ao Investimento	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de Janeiro de 2017	24.806.350	(5.581.429)	19.224.921
Adições	97.502	(21.938)	75.564
Regularização por resultados exercício	(588.939)		(588.939)
Regularização por resultados transitados	-		-
Alienações / Diminuições	-	132.511	132.511
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de dezembro de 2017	24.314.913	(5.470.856)	18.844.057
Adições	2.250	(506)	1.744
Regularização por resultados exercício	(948.555)		(948.555)
Regularização por resultados transitados			-
Alienações / Diminuições	(1.416.337)	532.101	(884.236)
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de dezembro de 2018	21.952.270	(4.939.261)	17.013.009

Em 2012, iniciou-se a amortização do subsídio atribuído pelo Fundo de Coesão como reflexo da entrada em funcionamento da CDA no final desse ano, pelo que, em 2017, o subsídio foi amortizado pelo período de 12 meses, considerando-se o prazo da concessão até 2043.

O ajustamento aos subsídios por conta do efeito fiscal futuro evidenciado acima, encontra-se registado por contrapartida de uma rubrica do passivo, "Ajustamentos em subsídios".

W.
7 31.11.

18 Provisões

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2018 e 2017, é como segue:

	Provisões ambientais	Provisões monitorização Lixelras e Aterro Trajouce	Provisões selagem monitorização CCT Abrunheira	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2017	1.765.707	180.760	2.800.765	2.950	4.750.183
Dotação	-	-	-	-	-
Utilização	(21.075)	-	-	-	(21.075)
Redução	(1.548.432)	(13.264)	(3.043)	(550)	(1.565.290)
A 31 de dezembro de 2017	196.200	167.496	2.797.722	2.400	3.163.818
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	196.200	167.496	2.797.722	2.400	3.163.818
	196.200	167.496	2.797.722	2.400	3.163.818

	Provisões ambientais	Provisões monitorização Lixelras e Aterro Trajouce	Provisões selagem monitorização CCT Abrunheira	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2018	196.200	167.496	2.797.722	2.400	3.163.818
Dotação	-	-	-	-	-
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	-	(13.263)	(3.043)	-	(16.307)
A 31 de dezembro de 2018	196.200	154.233	2.794.678	2.400	3.147.511
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	196.200	154.233	2.794.678	2.400	3.147.512
	196.200	154.233	2.794.678	2.400	3.147.512

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

18.1 Provisão ambiental: esta rubrica refere-se à provisão constituída para a recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada. A estimativa

inicial, tem sido utilizada conforme as áreas já reabilitadas, e reduzida em função da melhor estimativa dos gastos necessários à reabilitação ambiental.

18.2 Provisões monitorização lixeiras e aterro de Trajouce: refere-se à responsabilidade atribuída à TRATOLIXO para a monitorização do aterro de Trajouce encerrado em 2004, e das lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema multimunicipal concessionado à TRATOLIXO.

18.3 Provisões para a selagem e monitorização das Células de Confinamento Técnico (CCT) da Abrunheira: nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, registou-se: a) a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 2.550 mil euros, tendo por base o valor actualizado em 31/12/2018 dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento, em 2026, tendo em conta a tecnologia existente; b) a responsabilidade presente e futura de monitorização das CCT nas fases de exploração e pós encerramento no montante de 244 mil euros.

18.4 Outras provisões: provisões para processos de contra-ordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR).

19 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	4.464.769	143.326.541	147.791.310	4.464.769	147.791.727	152.256.496
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	4.464.769	143.326.541	147.791.310	4.464.769	147.791.727	152.256.496
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros e encargos a pagar - especialização	-	67.440	67.440	-	77.326	77.326
Custos incrementais	-	(434.399)	(434.399)	-	(451.352)	(451.352)
	4.464.769	142.959.581	147.424.351	4.464.769	147.417.701	151.882.470

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de "project finance", para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Decorrente das negociações com as entidades bancárias, em 29/6/2015 firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um "Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação", mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento, que teve como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros, até 31/12/2017.

De acordo com os termos acordados tornou-se possível converter a dívida à banca como dívida de médio e longo prazo, apresentando os financiamentos a seguinte maturidade:

	31/12/2018	31/12/2017
Até 1 ano	4.464.769	4.464.769
Entre 1 e 5 anos	20.835.342	21.342.511
Mais de 5 anos	122.491.199	126.449.216
	147.791.310	152.256.496

No que diz respeito aos juros e encargos a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2018 o total de 67 mil euros.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado de todas as obrigações garantidas emergentes do Contrato de Financiamento, a TRATOLIXO concordou em constituir a favor dos bancos que formam o sindicato bancário: (i) Penhor financeiro de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os saldos a crédito das contas do projecto; (ii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os direitos da TRATOLIXO resultantes de contratos, acordos ou garantias; (iii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis desonerados susceptíveis de penhor; (iv) Penhor de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis empenhados; (v) Hipoteca de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre

os terrenos de que é titular, bem como sobre todas as partes integrantes, acessões, benfeitorias, obras e construções edificadas

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Nos termos contratualmente previstos a TRATOLIXO liquidou no decorrer de 2018 o valor de 6.221.939 euros relativo ao serviço da dívida.

Locações financeiras

A Empresa não celebrou contratos de locação financeira durante o exercício de 2018.

20 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores - Grupo		
Fornecedores - Terceiros	2 414 010	2 127.629
Total saldo fornecedores - correntes	2.414.010	2.127.629
Total saldo fornecedores - não correntes	-	-
TOTAL GERAL	2.414.010	2.127.629

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ecoambiente	222.735	342.047
Caterpillar Energy Solutions	198.290	220.564
Valorsul	-	191.431
Repsol Portuguesa	118.102	141.112
Cimertex	93.792	111.355
Iberdrola	124.768	104.485
SGR, S.A.	188.971	94.774
Socamex	187.787	90.030
Resitejo	318.927	-
CITRI-C.Int.Trat.Res.Ind., S.A	84.200	-
Strong	63.351	-
Maquinter	70.444	-
Outros (saldos < 50.000 euros)	742.643	831.831
	2.414.010	2.127.629

21 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais i)	1.014.807	-	1.014.807	378.659	-	378.659
Outros credores						
Credores diversos ii)	2.071.768	-	2.071.768	1.328.627	-	1.328.627
Acrêscimos de custos						
Férias e sub. férias	772.768	-	772.768	731.346	-	731.346
Outros iii)	311.976	-	311.976	271.509	-	271.509
Outras contas a pagar	4.171.319	-	4.171.319	2.710.141	-	2.710.141

- i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos resultantes da aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão.

- ii) Credores diversos – o saldo refere-se maioritariamente ao valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente. O aumento que se verificou relativamente a 2017, explica-se pelas paragens técnicas da Valorsul e da actualização do valor por tonelada da Taxa de Gestão de Resíduos.
- iii) Acréscimos de gastos – Outros - este saldo refere-se, essencialmente, a serviços diversos prestados em 2018 e a serem facturados em 2019.

22 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2018 e 2017 na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

		2018	2017
Vendas de Produtos			
Composto		14.217	15.926
Recicláveis	i)	5.271.575	5.074.442
Electricidade	ii)	2.576.833	2.536.221
Sub-total		7.862.625	7.626.588
Prestação de Serviços			
Tratamento de resíduos	iii)	20.584.426	22.999.657
Serviços de construção	vi)	4.368.722	1.011.907
Sub-total		24.953.147	24.011.563
Vendas e prestações de serviços		32.815.773	31.638.151

As variações registadas no rédito em 2018, relativamente ao ano anterior, ficaram a dever-se, sobretudo:

- i) Ao acréscimo de produções dos materiais tais como Alumínio, Vidro e Plásticos mistos.

Aumento decorrente de uma maior eficiência de triagem e de uma maior entrega, por parte dos Municípios, de resíduos de recolha selectiva do fluxo multimaterial;

- ii) Ao acréscimo da produção de energia eléctrica injectada na rede;

- ✓ Aos gastos com gasóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- ✓ Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

24 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2018	2017
Subcontratos	i)	9.395.207	6.291.880
Transporte e deposição RSU		2.764.601	3.287.162
Serviços de construção		4.368.722	1.011.907
Outros		2.261.885	1.992.811
Trabalhos especializados	ii)	1.943.546	3.363.060
Conservação e reparação	iii)	1.976.263	2.510.471
Eletricidade		1.074.201	857.046
Vigilância e Segurança		317.999	305.968
Rendas	iv)	907.102	1.360.080
Seguros		180.450	187.722
Água		171.481	120.254
Limpeza, higiene e conforto		119.645	108.440
Outros fluidos		160.785	134.466
Custo incorridos com o passivo ambiental	v)	-	1.604.055
Outros (< 100.000 euros)		310.247	354.449
Fornecimentos e serviços externos		16.556.928	17.197.891

i) Subcontratos: deste saldo a) 4.369 mil euros referem-se à infra-estrutura da concessão a cargo da TRATOLIXO (2017: 1.012 mil euros); b) 3.069 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2017: 3.287 mil euros). A variação que se verifica nesta rubrica tem a ver com 2 factores: - com a entrada em funcionamento das Células de Confinamento Técnico, cujo início de actividade se deu em Março de 2017, tendo em 2018 funcionado durante todo o ano; - com a paragem técnica da Valorsul durante 5 meses; c) do montante de "Outros" de 2.262 mil euros, 1.996 mil euros são referentes ao tratamento de embalagens (2017: 1.855 mil euros).

iii) À redução da tarifa, face a 2017, em 8,80 € por tonelada. De salientar que, com excepção dos resíduos de limpeza, todas as tipologias de resíduos registaram um aumento de toneladas entradas face ao mesmo período de 2017.

vi) Ao aumento da construção das infra-estruturas da concessão a cargo da TRATOLIXO.

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

Descrição	Rédito 2018	Rédito 2017
Destroçador Doppstadt	-	199.990
Equipamento Carga e Transporte	152.215	420.525
Central de Triagem de Trajouce	3.372.679	7.020
Edifício Social de Trajouce	666.454	39.010
Sistema secagem túneis - CDA	27.890	225.521
Outros (< 200.000 €)	149.484	119.840
	4.368.722	1.011.907

23 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2018	2017
Inventários iniciais	88.623	61.281
Compras	1.253.641	1.158.403
Regularização de existências	-	-
Inventário finais	84.759	88.623
Custos no exercício	1.257.506	1.131.062

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

ii) **Trabalhos especializados:** a variação deve-se em grande parte a uma diminuição com os encargos do tratamento dos concentrados da ETARI da Abrunheira e com a entrada em vigor do novo contrato de exploração, que não considera os custos directos com consumos de electricidade.

iii) **Conservação e reparação:** a diminuição que se verifica relativamente a 2017, deve-se aos serviços de conservação que se tornaram necessários em 2017, nomeadamente, no motogerador da CDA.

iv) **Rendas:** a variação relativamente a 2017 deve-se à aquisição de equipamentos que estavam em locação operacional.

v) **Custos incorridos com o passivo ambiental:** não tiveram repercussão em 2018. Decorrente da instrução da AMTRES, de 30 de Janeiro de 2018, o exercício de 2017 evidencia em custos do exercício o montante de 1.604 mil euros relativo aos custos já incorridos com o saneamento do passivo ambiental. Até 2016 todos os custos incorridos com o saneamento deste passivo estavam a ser capitalizados em activos em curso, dado que era intenção do accionista recuperá-los em tarifarias futuras, ao longo do período da concessão, conforme previsto e aprovado nos Estudos de Viabilidade Económica e Financeira da TRATOLIXO. Tendo em conta que por deliberação da AMTRES se instruiu a TRATOLIXO para se recuperarem os gastos anteriormente incorridos de imediato, e não em tarifas futuras, conforme estava previsto, as contas de 2017 fizeram reflectir esta decisão que teve impacto tanto na redução do activo líquido como no resultado líquido da Empresa.

25 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Orgãos sociais	98.265	87.523
Pessoal	4.809.230	4.608.334
	4.907.495	4.695.857
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	1.065.697	1.020.980
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	94.793	110.369
Gastos de acção social	25.331	6.801
Fardamentos e EPI's	155.803	176.363
Outros	219.173	228.324
Sub-total	1.560.796	1.542.837
Gastos com pessoal	6.468.292	6.238.694

9 v.
3 41.

O número médio de empregados em 2018 manteve-se nos 264 de 2017.

26 Perdas por imparidade e reversões do exercício

A decomposição da rubrica "Perdas por imparidade e reversões do exercício" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme segue:

Perdas por imparidade e reversões		
	2018	2017
Perdas por imparidade de clientes	68.377	-
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Outros	-	-
Perdas por imparidade	68.377	-
Reversões de perdas por imparidade de clientes	(1.000)	-
Reversões de perdas por imparidade em inventários	(1.606)	(3.438)
Outros	-	-
Reversões de perdas por imparidade	(2.606)	(3.438)
Perdas por imparidade e reversões	65.771	(3.438)

O valor registado em perdas por imparidade refere-se à dívida atrasada de um cliente que se antevê de difícil cobrança.

27 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

Outros rendimentos

	2018	2017
Imputação do subsídio (ver nota 17)	i) 948.555	588.198
Rendimentos suplementares	10.532	10.430
Outros	ii) 98.427	749.041
	1.057.514	1.347.669

i) O aumento face ao ano anterior justifica-se essencialmente pelo reconhecimento do subsídio relacionado com duas reviradoras que foram alienadas.

ii) A redução face ao ano anterior, tem sobretudo a ver com o registo em 2017 do acerto da tarifa da Valorsul, determinado pela ERSAR com referência ao exercício de 2016, situação que não teve repercussão em 2018.

28 Subsídios ao investimento

O rédito relativo a subsídios ao investimento, reconhecido pela TRATOLIXO, em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

Designação das entidades concedente(s)	Data da celebração / decisão	Objeto / finalidade	Montante Total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito Período	Rédito Acumulado
Fundo de Coesão	2004-12-23	Construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos	18 428 885 €	18 428 885 €	- €	944 122 €	4 077 855 €
POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	2016-08-24	Construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha seletiva	7 183 680 €	2 455 216 €	4 728 444 €	- €	- €
POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	2018-10-02	Empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce	330 508 €	- €	330 508 €	- €	- €
Fundo Ambiental	2017-09-22	Financiamento dois veículos 100% elétricos	20 000 €	20 000 €	- €	741 €	1 481 €
Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação Para a Eficiência Energética (FEE)	2017-07-18	Financiamento de Permutador de Calor para aproveitamento de circuito de água quente dos motogeradores da Central de Digestão Anaeróbia	65 415 €	- €	65 415 €	2 516 €	2 516 €
Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação Para a Eficiência Energética (FEE)	2017-07-18	Financiamento para implementação de um sistema de controlo energético (software) de gestão de consumos de energia.	2 838 €	- €	2 838 €	946 €	946 €
Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação Para a Eficiência Energética (FEE)	2017-07-18	Financiamento para colocação de telhas transilúcidas	3 744 €	- €	3 744 €	144 €	144 €
Fundo Ambiental	2018-11-14	Financiamento de um veículo 100% elétrico	2 250 €	2 250 €	- €	87 €	87 €
TOTAL			26.035.299 €	20.904.351 €	5.130.949 €	948.555 €	4.083.029 €

Os subsídios ao investimento afectos aos activos, são reconhecidos na demonstração de resultados na mesma cadência da amortização dos activos.

29 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

Detalhe de outros gastos		
	2018	2017
Quotizações	9.053	6.712
Impostos	5.806	19.791
Donativos	25.512	16.792
Perdas em inventários	50.346	-
Alienações ativos	783.861	-
Outros	227.044	99.611
	1.101.622	142.906

A rubrica outros inclui o valor de 158.137 euros da liquidação de IRC, relativa ao ano de 2015, decorrente de um procedimento de inspecção da Autoridade Tributária. Foi efectuada correcção ao gasto relativo à variação do justo valor dos swaps de taxa de juro, resultante da desqualificação da relação de cobertura. A TRATOLIXO por não concordar com a correcção efectuada encontra-se em processo de reclamação junto das autoridades competentes.

30 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Juros e gastos similares		
Juros suportados	1.720.326	1.767.068
Outros gastos e perdas de financiamento	86.641	100.540
	1.806.967	1.867.608
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	2.799	2.398
Outros rendimentos similares	-	-
	2.799	2.398

i) Os juros suportados referem-se aos gastos incorridos com os juros do financiamento renegociado nos termos do Contrato de Financiamento.

31 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2018	2017
Imposto s/ rendimento corrente	(31.218)	(37.495)
Imposto s/ rendimento diferido	(34.561)	(22.168)
Imposto sobre o rendimento	(65.779)	(59.663)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

RECONCILIAÇÃO TAXA EFECTIVA IMPOSTO	2018
Resultado antes de imposto	96.156
Taxa de imposto	22,5%
	21.635
Gastos não dedutíveis	236.395
Rendimentos não tributáveis	(235.564)
Dif. temporárias dedutíveis s/ imposto diferido	34.561
Dif. Taxa derrama municipal	398
Tributação autónoma	8.352
	65.778
Imposto s/ rendimento corrente	31.218
Imposto s/ rendimento diferido	34.561
Imposto s/ rendimento	65.778
Taxa efectiva de imposto	68,4%

9

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2018	2017
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	22,50%	22,50%

32 Compromissos

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, são como segue:

Compromissos com investimentos

Os investimentos ainda não ocorridos e contratualizados, à data do Balanço, refere-se:

- À Empreitada de Concepção, construção e fornecimento da Central de Triagem de Trajouce no valor de 4.942.784 euros e à prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde em obra da mesma empreitada no montante de 321.386 euros;
- À Empreitada de Requalificação do Novo Edifício Social e de Serviços do Ecoparque de Trajouce no valor de 201.136 euros e à prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde em obra da mesma empreitada no montante 482 de euros.

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2017:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento de transporte	53.989	86.851	-
Equipamento informático	85.430	56.647	-
Equipamento industrial	578.148	498.607	-
	717.567	642.105	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2018:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento de transporte	59.557	83.541	-
Equipamento informático	53.983	9.200	-
Equipamento industrial	384.011	70.301	-
	497.552	163.042	-

33 Contingências

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste, S.A.	Garantir o pagamento da receção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25/08/2003	412.500	412.500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota	09/01/2003	6.700	6.700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02/06/2009	2.000	2.000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce.	29/12/2016	82.890	82.890
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira	29/12/2016	1.633.942	1.633.942
			2.138.032	2.138.032

Activos e Outros Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2018, encontra-se em curso uma Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativo ao seguinte processo:

A Tomás de Oliveira, S.A. (TO) e a AMBITERMO, S.A., empresas do Consórcio que executou a "Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira" vieram

7 V.
3
/ 11

impugnar as multas que a TRATOLIXO decidiu aplicar por violação dos prazos contratuais, no valor de 585.163,52 €.

A TRATOLIXO apresentou contestação no sentido da manutenção da aplicação e valor das multas, bem como veio pedir que as TO e AMBITERMO fossem condenadas a indemnizar a TRATOLIXO pelo montante global de € 1.127.714,81. A TO e a AMBITERMO contestaram este último pedido.

Aguarda-se a notificação do pré-saneador e/ou marcação da audiência prévia.

É da opinião do Gabinete Jurídico da TRATOLIXO que nesta fase e perante a complexidade probatória e jurídica do processo é totalmente impossível tecer qualquer comentário previsional.

34 Informações sobre matérias ambientais

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final. Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2018:

- O facto de sermos entidade consultada do grupo de trabalho cuja missão é assegurar o processo de revisão extraordinária do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020);

- O envio à APA de pronúncia, emitida em sede de audiência de interessados, sobre o projecto de despacho relativo às objectivações a cumprir pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos em 2018 e 2019;
- O envio à ERSAR de pronúncia, emitida em sede de audiência de interessados, sobre o Modelo de Regulamento de Serviço de Gestão de resíduos Urbanos em Alta;
- O envio à APA dos contributos relativos ao documento "Cálculo e pagamento das bonificações/penalizações afectas aos valores de contrapartida da recolha selectiva";
- O envio à CAGER dos contributos relativos ao projecto de decisão relativo ao mecanismo de alocação e compensação no âmbito do SIGRE.
- A associação à ESGRA, LIPOR e EGF na pronúncia sobre a não aplicabilidade da contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE) aos SGRU, tendo em consideração a natureza renovável da energia produzida nos SGRU e a não aplicabilidade da fórmula de cálculo da CESE às empresas de gestão de resíduos, dado que os seus activos vão muito além dos activos afectos à produção de energia.
- A subscrição juntamente com a AMCAL, AVALER, EGF e ESGRA do contributo para uma reflexão sobre o futuro da política de coesão, Portugal 2030, relativo ao sector da gestão de resíduos urbanos.

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactes da sua actividade, sendo exemplos disso a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia - que se tem vindo a tornar expressiva e a superar as perspectivas iniciais – a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira, a minimização das emissões atmosféricas de CO₂ através da continuação da aquisição de viaturas 100% eléctricas para a frota da empresa (iniciativa com direito a incentivo fiscal atribuído pelo Fundo Ambiental) e a implementação de iniciativas de promoção do aumento da eficiência energética nos processos industriais do Ecoparque da Abrunheira (projectos co-financiados pelo Fundo de Eficiência Energética).

35 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2018, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

7 V.
58
12/11

35.1 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 98.265 euros (2017: 87.523 euros). A diferença justifica-se, essencialmente, devido ao facto de um administrador ter saído da empresa em Outubro de 2017 sem que a sua substituição tenha ocorrido até final desse ano.

35.2 Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com a accionista:

Concelho de Cascais

Concelho de Mafra

Concelho de Oeiras

Concelho de Sintra

(b) transacções e saldos pendentes

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

W.
P
S
H.L.

Transacções

	2018	2017
Serviços prestados		
AMTRES	37	(2.104)
Câmara Municipal de Cascais	7.180.626	7.843.028
Câmara Municipal de Mafra	2.354.086	2.466.069
Câmara Municipal de Oeiras	4.037.600	4.318.166
Câmara Municipal de Sintra	9.071.481	9.921.035
	22.643.829	24.546.195

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2018 e 2017, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Saldos devedores	31/12/2018	31/12/2017
AMTRES	37	37
Câmara Municipal de Cascais	147.921	476.337
Câmara Municipal de Mafra	191.667	440.131
Câmara Municipal de Oeiras	313.341	783.107
Câmara Municipal de Sintra	436.363	503.160
Clientes (Nota 11)	1.089.329	2.202.772

Saldos credores		
AMTRES	27.790	-
Outros credores (Nota 21)	27.790	-

Acréscimos Rendimentos	31/12/2018	31/12/2017
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	1.076.153	-
Câmara Municipal de Mafra	352.075	-
Câmara Municipal de Oeiras	607.343	-
Câmara Municipal de Sintra	1.356.032	-
Outras contas a receber (Nota 13)	3.391.603	-

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2018, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Recebimentos	31/12/2018	31/12/2017
AMTRES	-	111
Câmara Municipal de Cascais	6.864.496	8.108.403
Câmara Municipal de Mafra	2.387.952	2.398.430
Câmara Municipal de Oeiras	4.142.233	4.210.478
Câmara Municipal de Sintra	8.326.536	10.560.092
	21.721.217	25.277.513

36 Disposições legais

Principais diplomas legais aplicáveis ou que têm implicações no âmbito da actividade da TRATOLIXO, publicados em 2018:

- Portaria n.º 14/2018, de 11 de Janeiro

A presente portaria regula:

- a) O modelo de participação relativa a acidentes de trabalho, por parte dos empregadores, incluindo entidades empregadoras públicas que tenham transferido a responsabilidade pela reparação de acidentes de trabalho e de trabalhadores independentes ou de serviço doméstico, que consta do anexo I;
- b) O conteúdo, a forma e o prazo de envio de informação sobre os acidentes de trabalho, por parte de seguradores, que consta do anexo II;
- c) O conteúdo, a forma e o prazo de envio de informação adicional para se proceder ao encerramento do processo de recolha de informação estatística relativa aos acidentes de trabalho, que consta do anexo III.

- Regulamento n.º 52/2018, de 23 de Janeiro

Revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.



- **Portaria n.º 72/2018, de 9 de Março**

Nos termos do disposto no artigo 49.º -A do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 111 -B/2017, de 31 de Agosto, a entidade adjudicante pode exigir, nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das obras públicas, rótulos específicos para atestar que as obras, bens móveis ou serviços correspondem às características exigidas, a apresentação de relatórios de ensaio de um organismo de avaliação da conformidade ou um certificado emitido por tal organismo como meio de prova da conformidade com os requisitos ou critérios estabelecidos ou a apresentação de amostras de produtos que pretendem adquirir.

Assim a presente Portaria define os termos em que a entidade adjudicante pode exigir rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova.

- **Regulamento n.º 222/2018, de 13 de Abril**

Documento complementar n.º 1 ao regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, que estabelece o conteúdo das contas previsionais para efeitos regulatórios.

- **Despacho n.º 4707/2018, de 14 de Maio**

Estabelece as captações de retoma por material por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos e a nível global, para os anos de 2018 e 2019.

- **Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de Junho**

Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, e transpõe a Directiva (UE) 2015/2193.

- **Lei n.º 25/2018, de 14 de Junho**

O presente decreto-lei procede:

(...)

e) À segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de Maio, transpondo a Directiva (UE) 2017/164 da Comissão, de 31 de Janeiro de 2017, que estabelece uma quarta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos nos termos da Directiva 98/24/CE do Conselho, e que altera as Directivas 91/322/CEE, 2000/39/CE e 2009/161/CE.

7
V.
B
H!

- **Regulamento n.º 395/2018, de 29 de Junho**

Documento complementar n.º 3 ao Regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, que estabelece a metodologia de aplicação do sistema de incentivos para efeitos regulatórios.

- **Portaria n.º 190-A/2018, de 2 de Julho**

Estabelece as regras para o cálculo da altura de chaminés e para a realização de estudos de dispersão de poluentes atmosféricos

- **Portaria n.º 190-B/2018, de 2 de Julho**

Estabelece os valores limite de emissão (VLE) de aplicação sectorial, os VLE aplicáveis a outras fontes não abrangidas por VLE de aplicação sectorial, a metodologia de cálculo de VLE e teor de oxigénio aplicável à junção de efluentes e os VLE aplicáveis à queima simultânea de dois ou mais combustíveis.

- **Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 319/2018, de 10 de Julho**

Declara inconstitucionais, com força obrigatória geral, as normas dos n.ºs 1 a 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro [regime jurídico em matéria de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE)], tanto na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de Outubro, quanto na sua versão originária.



- **Regulamento n.º 446/2018, de 23 de Julho**

O presente regulamento tem por objecto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação, no exercício das atribuições e competências conferidas por lei, respectivamente, à entidade reguladora e aos seus órgãos.

- **Portaria n.º 221/2018, de 1 de Agosto**

Estabelece a forma de transmissão e o conteúdo da informação relativa ao autocontrolo da monitorização em contínuo e pontual das emissões de poluentes para o ar, bem como a informação a reportar anualmente.

- **Lei n.º 41/2018, de 8 de Agosto**

Modelo de informação simplificada na factura da água (primeira alteração ao Decreto-lei n.º 114/2014, de 21 de Julho, que estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de facturação detalhada.

- **Decisão de execução (UE) 2018/1147 da Comissão, de 10 de Agosto**

Estabelece conclusões relativas às melhores técnicas disponíveis (MTD) para tratamento de resíduos, nos termos da Directiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.

- **Lei n.º 52/2018, de 20 de Agosto**

Estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de Agosto.

- **Lei n.º 61/2018, de 21 de Agosto**

A presente lei procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de Agosto, que estabelece o regime das instalações eléctricas particulares.

- **Lei n.º 59/2018, de 21 de Agosto e Declaração de Rectificação n.º 28/2018, de 23 de Agosto**

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de Agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.

- **Regulamento n.º 594/2018, de 4 de Setembro**

O presente regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos estabelece as disposições aplicáveis às relações comerciais que se estabelecem no âmbito da prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

37 Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários do fiscal único no período de 2018 foram de 11.825 euros (2017: 14.058 euros).

38 Eventos subsequentes

Em 21 de Março de 2019 o Tribunal de Contas, em sessão diária de visto, decidiu conceder visto à 2ª adenda do contrato de gestão delegada. Deixou de existir qualquer reserva ao recebimento da facturação dos municípios que à data do balanço se apresentavam na rubrica "Outras Contas a receber" (ver ponto iii) da nota 13).

Para além do referido no parágrafo anterior, não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2019, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 27 de Março de 2019

7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *TRATOLIXO Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM* (TRATOLIXO), que compreendem a demonstração da posição financeira/o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 186.432.269 euros e um total de capital próprio de 23.220.905 euros, incluindo um resultado líquido de 30.378 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de *TRATOLIXO* em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A fixação de tarifas praticadas pela TRATOLIXO relativamente ao tratamento dos resíduos depositados pelos utilizadores (municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra) é atualizada anual e aprovada para os períodos vinculativos (cinco anos) pela entidade pública participante AMTRES - Associação de Município de Cascais Mafra Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos, fruto do estabelecido em contrato de gestão delegada subscrito pela AMTRES e TRATOLIXO, objeto de deliberação unânime em Assembleia Intermunicipal na constituição das obrigações para os municípios. Não obstante, as entidades que atuam em setores regulados, ao abrigo do art.º 35º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, ficam sujeitas aos poderes de regulação da respetiva entidade

APPM - ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO, ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

RUA ANTÓNIO QUADROS, Nº9 - G- ESC. 7 1600-875 LISBOA TEL.:217 106 050 FAX: 217 106 059

EMAIL: geral.lisboa@appmsroc.pt SITE: www.appmsroc.pt

Nº SROC 223 CONTRIBUINTE 508 625 777 CAPITAL SOCIAL € 12.200

reguladora, neste caso a ERSAR, o que significa a necessidade de parecer favorável desta para as alterações de tarifa (previsto em contrato). Adicionalmente, dado o contrato prever obrigações (inerente ao pagamento da tarifa) para os utilizadores públicos (municípios), abrangidos pela Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, as alterações ao contrato, de que é exemplo a alteração da tarifa, estão sujeitas a visto prévio do Tribunal de Contas, sendo que, atendendo aos montantes, qualquer alteração apenas poderá produzir efeitos após esse visto. A TRATOLIXO não constituiu provisão como contrapartida dos ativos de substituição/expansão (conforme nota 3.4.2 do anexo às demonstrações financeiras), ao abrigo da IFRIC 12 Acordos de Concessão de Serviços, aplicada supletivamente. O não reconhecimento assenta na convicção espelhada em contrato de gestão delegada de que essa necessidade será acautelada por alteração futura de tarifa ou transferências de equilíbrio. Os ativos fixos tangíveis com vida económica inferior ao tempo do contrato que se encontram a ser amortizados até ao final do mesmo (conforme nota 3.2.3 do anexo às demonstrações financeiras), a serem substituídos no âmbito do contrato quando necessário, encontram-se enquadrados em Plano de Investimentos, a coberto daquela tarifa que se encontrar em vigor, com fichas constituídas em paralelo.

Tal como refletido na nota 36 do anexo às demonstrações financeiras, o Tribunal de contas concedeu visto prévio na data de 21.3.2019 à alteração da tarifa, com parecer favorável da ERSAR e aprovação dos municípios utilizadores.

Tal como referido na nota 29 do anexo às demonstrações financeiras/relatório de gestão, no seguimento de inspeção realizada à TRATOLIXO, a Autoridade Tributária procedeu ao recálculo do IRC do exercício de 2015 por não considerar totalmente elegível (a parte de não cobertura) como gasto os encargos tidos com o SWAP. De tal resultou o pagamento de IRC, tendo o processo sido alvo de reclamação graciosa apresentada pela TRATOLIXO, dado o indeferimento segue-se para Tribunal Arbitral.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto

da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da

auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2019

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
representada por:**



Ana Calado Pinto
(ROC nº 1103)

8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Relatório

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da *TRATOLIXO Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM (TRATOLIXO)*., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Empresa. O Fiscal Único recebeu do Conselho de Administração todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Fiscal Único emitiu Memorandos relativamente à contratação pública, intercalar ao primeiro semestre, primeira versão de fecho de contas, tratamento de amorização do ativo da concessão e ainda Parecer aos Instrumentos Previsionais e Parecer semestral sobre a situação económico financeira.
4. O Fiscal Único informa-se que a entidade participante AMTRES terá que aplicar a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, para constituição de balanço inicial de 1.1.2020, fruto da implementação do SNC-AP, pelo que terá que reconhecer o ativo de concessão da TRATOLIXO atualizado como parte integrante dos seus ativos fixos tangíveis.
5. Adicionalmente, julgamos de proceder às seguintes propostas de sugestão no âmbito de controlo interno:
 - a. A reverificação das fichas de cadastro dos ativos fixos tangíveis que traduzem a composição do ativo intangível prévia à sua entrega à AMTRES para o balanço incial da mesma e a criação de um circuito de atualização anual a esta entidade das mesmas.
 - b. Junto dos processos de abate de ativos seja apensa, sempre que aplicável, a autorização do acionista AMTRES.
 - c. Manutenção de um dossier com discriminação detalhada (valores e componentes) de todas as parcelas do apuramento do imposto sobre o rendimento.

- d. Inclusão às instruções de contagem e verificação de Inventários, procedimentos de contagem e leitura dos depósitos de combustível, bem como procedimento de verificação e controlo dos inventários na posse de terceiros.
 - e. Que as delegações de competências sejam efetivadas em pessoas e não em estruturas orgânicas, ou, em alternativa, anexar uma lista nominativa e atualizada dos colaboradores que exercem os cargos, que deverá ser atualizada por cada alteração registada.
6. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, apresentado pelo Conselho de Administração, completado o exame das contas com vista à sua certificação legal e elaborado o relatório anual de auditoria.
7. As conclusões da nossa Certificação Legal de Contas apresentam três ênfases.
8. Sem que tais questões alterem a nossa opinião, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- a. Permanecia por esclarecer à data do presente Relatório a necessidade vinculativa prevista em CSC da existência de Livro de Ações e qual a modalidade de cumprimento declarativo do Beneficiário Efetivo.
 - b. No seguimento de inpeção realizada à TratoLixo, a Autoridade Tributária procedeu ao recálculo do IRC do exercício de 2015 por não considerar totalmente elegível como gasto os encargos (parte não coberta) tidos com o SWAP. De tal resultou o pagamento de IRC, do indeferimento de reclamação graciosa , a Empresa seguiu para Tribunal Arbitral.

Parecer

9. Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos, tendo presente a Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2018, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 28 de março de 2019

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILIDIO CESAR FERREIRA E ASSOCIADOS, SROC, LDA**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:



Ana Calado Pinto
(ROC N.º 1.103)

Tratolixo 2018 Relatório&Contas

Contacte-nos

Estrada 5 de Junho, nº 1 Trajouce
2785-155 São Domingos de Rana
t. +351 21 445 95 00
f. +351 21 444 40 30
residuos@tratolixo.pt

